

São José das Palmeiras:
*Memórias
e História*



Zoraide F. da Silva Evangelista de Santana

São José das Palmeiras:
Memórias
e História

São José das Palmeiras (PR)
Outubro de 2015

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

DEDICATÓRIA

Dedico este livro
à comunidade do município
pela construção da nossa
história e principalmente
às crianças que darão
continuidade à mesma.

A AUTORA.

Copyright (c) Zoraide Ferreira da Silva Evangelista de Santana

Impressão: Gráfica Benacchio

Capa: Osmar Basso

Diagramação: HDS

Revisão: Pedro Luiz Schnorr

Alice Soares Paranhos da Silva

Dineusa de Lima Lunkes

Terezinha Clarise R. Ibrahim

Alexandra Marafiga

Marcos Nestor Stein

Marcio Antonio Both da Silva

Entrevistas: Alexandra Marafiga, Zoraide Ferreira da Silva

Digitação e organização: Zoraide F. da Silva

Eliane Moreira Lourenço

Reprodução de fotografias: Daniele Lampert Moreira

As fotografias, atas e decretos presentes neste livro foram gentilmente cedidos ao Projeto Memórias e História por instituições e arquivos familiares.

S232s Santana, Zoraide F. da Silva Evangelista de
São José das Palmeiras : memórias e história / Zoraide
F. da Silva Evangelista de Santana. – São José das
Palmeiras : Benacchio, 2015.

151p.

1. Paraná - História. 2. São José das Palmeiras (PR) –
História. I. Título.

CDD 981.62

Biblioteca Tatiana Demichei Imperatori – CRB 9º/1566

Editora e Gráfica Benacchio

Av. Brasil, 2421 – Santa Helena – Paraná

CEP 85892-000 – Telefone/Fax: 45 3268-1410

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO	09
---------------------	----

APRESENTAÇÃO	11
--------------------	----

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

Capítulo I - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA TERRITORIAL DO ATUAL MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

- Aspectos geográficos	17
- Localização	19
- Rios do município	20
- Clima e solo	22
- Estradas e rodovias	22
- As empresas colonizadoras	24
- Exploração da madeira	40
- Origem dos primeiros moradores	45
- Conflitos pela posse e propriedade da terra	48
- Fazenda São João	53
- Atividades agrícolas: a hortelã	57
- O algodão	62
- A atual situação econômica do município	66
- Concentração da propriedade da terra e o processo migratório do município de São José das Palmeiras	70

CAPÍTULO II - A EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

- As comissões emancipacionistas	79
- A emancipação	87
- Símbolos municipais	88
- Hino Municipal	91
- Educação	93
- Aspectos Religiosos	102

AGRADECIMENTO

Agradecemos à Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras, aqui representada pelo prefeito Nelton Brum, e à secretária de Planejamento Guisla Darlene Müller Salvador pela elaboração dos projetos dos quais resultou esta obra.

A Marcielli Regina Moreira Alves Brum e à secretária de Educação, Cultura e Esportes, professora Reginéia da Silva, pela iniciativa em produzir este material como meio de construir e preservar as memórias e as histórias de pessoas que se fixaram na área do atual município de São José das Palmeiras.

Às professoras Alice Soares Paranhos da Silva, Dineusa de Lima Lunkes, Terezinha Clarise Ibrahim, ao professor Pedro Luiz Schnorr e à jornalista Alexandra Marafiga pelas leituras e correções do texto.

Aos colaboradores que por meio de entrevistas, depoimentos e registros fotográficos nos auxiliaram na produção deste livro.

À UNIOESTE/CEPEDAL nas pessoas dos professores Marcos Nestor Stein, Márcio Both e Marcos Vinícius Ribeiro pelas leituras e orientações durante o processo de coleta de fontes e escrita do texto.



APRESENTAÇÃO

A administração municipal, interessada em contribuir com a construção da história local, organizou o Projeto “São José das Palmeiras: Memórias e História”, e como parte inicial deste, elaborou-se o livro *São José das Palmeiras: Memórias e História*, produzido com a colaboração de alguns parceiros e autoria da professora e historiadora Zoraide Ferreira da Silva Evangelista de Santana.

O projeto surgiu da necessidade de uma obra oficial destinada à comunidade sãojoseliense e às escolas como subsídio para melhor conhecimento da realidade histórica do município.

Este trabalho aborda as dimensões históricas e sociais das pessoas que se instalaram no atual território de São José das Palmeiras e relata alguns aspectos do dia a dia dessas pessoas.

No decorrer da leitura deste material poderemos identificar algumas marcas da história daqueles que participaram da construção econômica, social, política, religiosa e educacional do município, deixando preservadas suas memórias e a história de luta neste espaço.

Portanto, este livro é resultado de um trabalho coletivo que envolveu os atuais administradores, e é com imensa satisfação que o apresentamos e deixamos à disposição de leitores e da comunidade em geral.

Nelton Brum
Prefeito Municipal



INTRODUÇÃO

O livro São José das Palmeiras: Memórias e História faz parte do projeto de construção e preservação do patrimônio histórico e cultural do município de São José das Palmeiras. O patrimônio aqui mencionado é dividido em duas categorias: materiais (imóveis, objetos, ferramentas de trabalho, documentos entre outros) e imateriais, que são as manifestações culturais, artísticas e religiosas de determinados grupos de pessoas.

O projeto de valorização e preservação dos bens materiais e imateriais surgiu com a participação da comunidade e principalmente dos grupos de trabalho nos encontros do “Cultivando Água Boa”, especificamente no grupo de “Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural”, programa desenvolvido pela Itaipu Binacional nos municípios limítrofes ao Lago de Itaipu, dos quais o município de São José das Palmeiras é integrante.

Em parceria com a Itaipu, o município vem realizando estudos, análises e ações coletivas para a preservação de seu patrimônio cultural e histórico, bem como para desenvolver o turismo rural de forma sustentável.

Na localidade denominada Linha Vergueira há um projeto particular em andamento onde foram construídos quiosques junto a uma cachoeira, com a finalidade de proporcionar um local de lazer aos visitantes.

Os gestores da cultura, com o objetivo de salvaguardar a história de formação do município, elaboraram o projeto de lei nº. 009/2011¹ que foi aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores com o intuito de coletar materiais e informações, a princípio para a produção deste livro.

Futuramente pretende-se organizar um espaço para que sejam expostos materiais e objetos que fazem parte da memória e da história de São José das Palmeiras. Este espaço não será destinado exclusivamente para guardar objetos antigos e receber visitas, mas também será um ambiente de interação para a comunidade.

Nas discussões mais recentes há a intenção de criar museus comunitários que garantam a participação de pessoas nos processos de preservação do patrimônio cultural e histórico do espaço em que vivem.

Este livro produzido em parceria entre o município de São José das Palmeiras e UNIOESTE/CEPEDAL por meio de projeto de extensão e lei municipal², não registra toda a história local, mas aborda de maneira sucinta os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do município em estudo, bem como a história do enfrentamento das dificuldades vividas pelas pessoas que chegaram aqui a partir da década de 1960.

Para a elaboração do texto, utilizou-se principalmente de fontes primárias, tais como: entrevistas, depoimentos, registros fotográficos, contratos, decretos, atas de reuniões, resoluções e ofícios. A leitura de obras que abordam a história oral³ auxiliou no direcionamento dos trabalhos e nas estratégias para a coleta de depoimentos e entrevistas das pessoas desta comunidade.

Além disso, foram consultadas obras que tratam da história do oeste do Paraná, tais como: Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná; Matelândia História e Contexto; Obrageros, mensus e colonos: História

1 CÂMARA MUNICIPAL de São José das Palmeiras. Projeto de Lei nº 009/2011 de 22 de março de 2011. Súmula: Autoriza o Município de São José das Palmeiras a celebrar convênio com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Sala das sessões da Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras.

2 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES de São José das Palmeiras. Lei nº. 475 de 31 de maio de 2011. Súmula: Autoriza o Município de São José das Palmeiras a celebrar convênio com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). São José das Palmeiras, 31 de maio de 2011.

3 MEIHY, José Carlos Sebe Bom – Manual de História Oral - São Paulo: Loyola, 1996. FERREIRA, Marieta de Moraes & Amado Janaina (Org.). "Apresentação" IN: Usos e Abusos da História Oral, Rio de Janeiro, FGV, 2005.

do oeste paranaense, entre outras. Esses textos⁴ auxiliaram na compreensão da história da ocupação e colonização da região do município de São José das Palmeiras.

O livro destina-se à comunidade sãojoseliense, aos apreciadores da história local, regional e principalmente aos educadores e educandos das escolas do município.

A presente obra foi dividida em dois capítulos. No primeiro, apresenta-se os aspectos físicos e históricos do atual município de São José das Palmeiras, a sua localização, os rios, a composição do solo, as empresas colonizadoras, a ocupação e as primeiras atividades agrícolas desenvolvidas nesta área em pesquisa, correlacionando com a história de ocupação dos municípios vizinhos.

Faz-se também um breve histórico da ocupação e colonização do oeste paranaense e da atuação da empresa Maripá. Esta atuou no município de Toledo e em outras áreas da região oeste, priorizando a ocupação destes locais por colonos descendentes de alemães e de italianos.

Ao analisar depoimentos e pesquisas que estão abordados nesta obra, percebeu-se que as empresas colonizadoras que atuaram na área territorial de São José não tiveram preocupação quanto à origem das pessoas que vieram para ocupar esse espaço. Para tanto, fizeram propagandas abertas, pois a intenção era atrair o maior número de pessoas interessadas em adquirir terras neste local.

A maioria dos compradores das terras desta área era migrante de origem nordestina que vinha para essa localidade em busca de terras férteis para o cultivo do café. Essa corrente migratória ficou conhecida como “frente cabocla”, ou “nortista”⁵.

4 COLODEL, José Augusto - Matelândia: história & contexto. Prefeitura Municipal de Matelândia. Cascavel; ASSOESTE, 1992. GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70). Cascavel. Edunioeste, 2002. WACHOWICZ. Ruy Christovan - Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, 1982.

5 PALUDO, Giovani Batista; BARROS, Darci Alda. Síntese da História do Paraná. ASSOESTE – Cascavel, 1989.

Aborda-se também os conflitos pela posse da terra e as mudanças econômicas decorridas ao longo dos últimos anos. Faz-se uma breve análise da modernização do espaço rural, a concentração da propriedade agrícola, a formação de pastagens e reserva legal, bem como, as mudanças econômicas que ocorreram nas últimas décadas. Variações estas que colaboraram para a diminuição da população do município decorrente da falta de emprego.

O segundo capítulo apresenta o processo de emancipação político-administrativa do atual município de São José das Palmeiras, que teve início em 1980 e foi concluído em 1985.

Por meio de análise e levantamento de dados são expostos os principais motivos que levaram as lideranças políticas e a população buscarem apoio para consolidar a emancipação político-administrativa deste município.

Trata-se também dos aspectos culturais, educacionais, religiosos e os símbolos municipais.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL DO ATUAL MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS – (1968 A 2012)

ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de São José das Palmeiras está situado na região oeste do Paraná, sendo um dos vinte e nove municípios limítrofes ao lago de Itaipu. Tem área de aproximadamente 198 quilômetros quadrados.

É formado pela sede e quatorze comunidades. São elas: São Joaquim, São Caetano, Estrada Gameleira, Santa Mariana, Santa Quitéria, Vila Rural, Baixadão, São Cristóvão, Fazenda São João, Maria Gorete, Codal, Serrinha, Barra Funda e Vergueira.

Partindo do centro urbano, tomando como referência a praça central Alípio Francisco Salvador, têm-se ao sul as comunidades: São Joaquim e São Caetano. Ao norte a Estrada Gameleira.

Na direção oeste seguindo a rodovia asfaltada PR 317 sentido Santa Helena encontram-se as comunidades: Vila Rural e Baixadão. Abaixo desta mesma via na direção sul, encontram-se as localidades de São Cristóvão, Linha Maria Gorete, Fazenda São João, Codal e Serrinha. Ao norte desta rodovia (PR 317), têm-se as comunidades: Barra Funda e Linha Vergueira.

Seguindo a PR 317 sentido leste saída para Toledo, encontram-se as Linhas Santa Mariana e Santa Quitéria.

O município de São José das Palmeiras limita-se na direção norte com os municípios de Marechal Cândido Rondon e

Entre Rios do Oeste, ao sul com Diamante do Oeste, ao leste com São Pedro do Iguaçu, ao oeste com Santa Helena e a nordeste com o município de Ouro Verde do Oeste.

Localiza-se entre as seguintes coordenadas geográficas: latitude Sul é de 24°50'15"S e longitude 54°03'49"W ao Oeste.

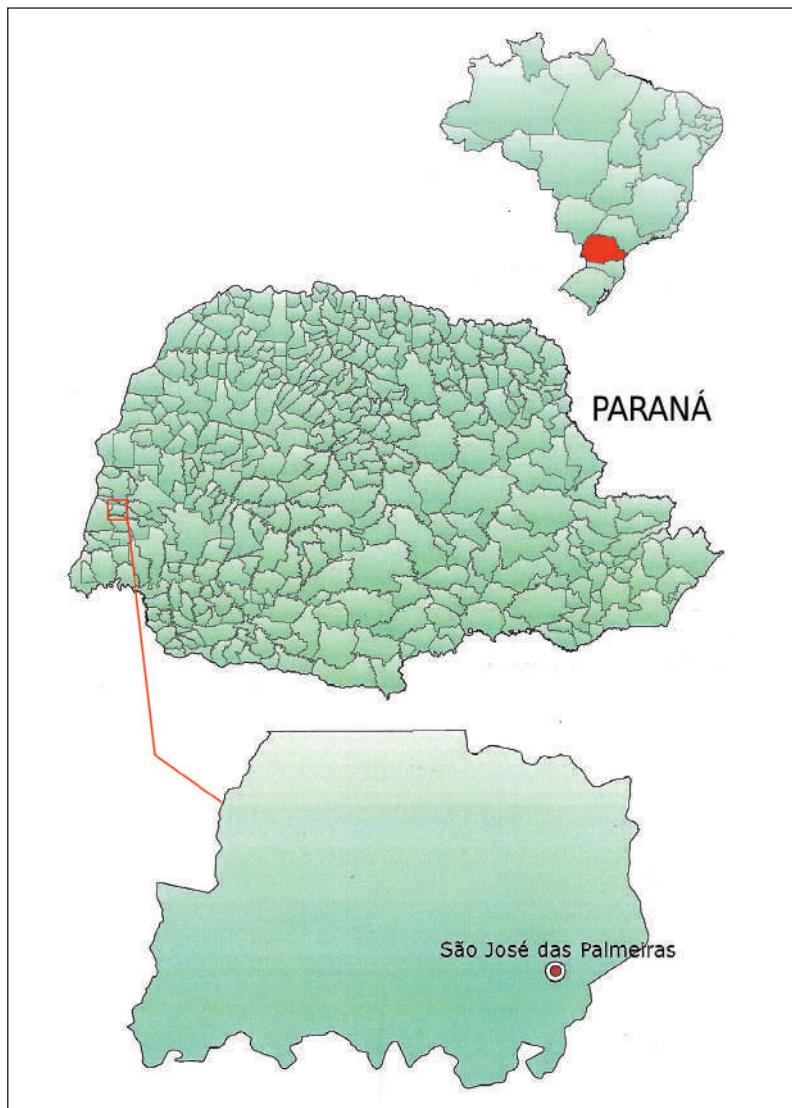
A altitude máxima é de 530 metros acima do nível do mar⁶ em parte do município, especificamente nas proximidades da Igreja Matriz Católica. Já as menores altitudes, pouco abaixo de 240 metros, situam-se nas proximidades da junção dos rios São Francisco Falso, “Braço Norte” e São Francisco Falso “Sul” (Rio Corvo Branco).

O município conta atualmente com 3.831 habitantes e sua economia esta baseada na agropecuária.

6 IPARDES. (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) Cadernos Estatísticos. 2010. - FERREIRA, Ogair. Boletim Diagnóstico Municipal – novembro de 1988.

LOCALIZAÇÃO

FIGURA 01 - Localização Geográfica do município



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "São José das Palmeiras - PR. O município e seu contexto". 2007.

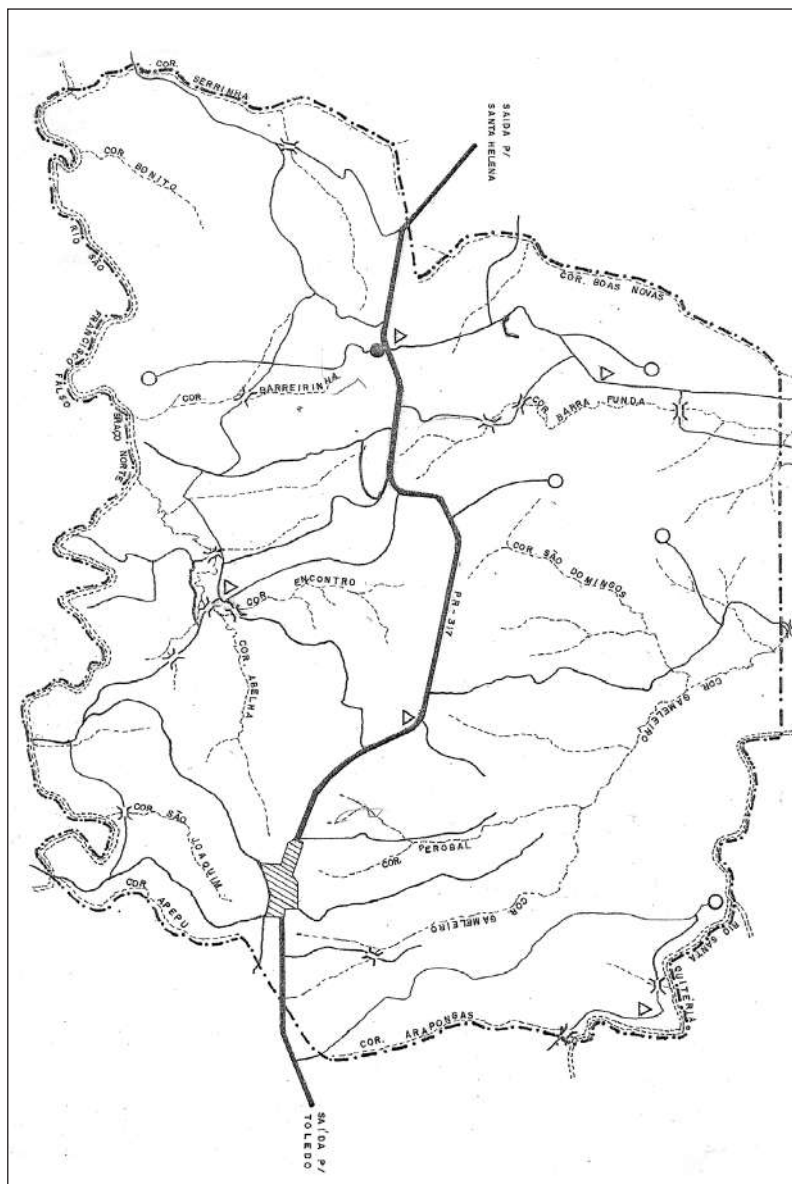
RIOS DO MUNICÍPIO

A rede hidrográfica⁷ do município de São José das Palmeiras é composta pelos afluentes do rio São Francisco Falso, Braço do Norte que correm no sentido Norte. Os principais córregos são: Córrego Três Ranchos, ou Arapongas, Apepu, Gameleiro e seus afluentes Perobal, Jetaíta, São Domingos, além dos córregos: Barra Funda e Boas Novas e o rio Santa Quitéria.

Os afluentes do rio São Francisco Falso “Sul” correm no sentido oposto, sendo que os principais são os córregos: São Joaquim, Santa Quitéria, Abelha e seu afluente o Córrego Encontro, além dos córregos: Barreirinho, Bonito e Serrinha.

7 Dados constantes na Lei nº. 8.075 de 17 de abril de 1985 de criação do município de São José das Palmeiras, sancionada pelo então Governador do Estado do Paraná, José Richa.

FIGURA 02 – Rede Hidrográfica



Arquivos: Biblioteca Pública Municipal.
Arquivos: Projeto Memórias e História.

CLIMA E SOLO

O clima da região é classificado como subtropical úmido Mesotérmico, com verões com tendência de concentração de chuva, e com temperaturas médias superiores a 22°C, e inverno com temperaturas médias inferiores a 18°C com ocorrência de geadas no período entre junho e julho. A precipitação média de chuva é de 1850 mm anual e a umidade relativa do ar é de 75 por cento⁸.

O solo é composto de terra estruturada e litólicos, sendo a maioria de terra roxa, fator este que favoreceu a venda e a ocupação desta área por pessoas interessadas no cultivo do café⁹. Parte da área territorial do município conta com regiões de espigões (morros), e em outras com predominância de planícies.

ESTRADAS E RODOVIAS

A principal via de circulação é a rodovia pavimentada PR 317, que liga o município de São José das Palmeiras na direção leste aos municípios de Ouro Verde do Oeste e Toledo e em sentido oeste ao município de Santa Helena.

Por meio desta via, o município liga-se com os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu e com os demais municípios da mesorregião oeste paranaense, além de possibilitar a ligação com as demais regiões do estado¹⁰.

Os primeiros ônibus que fizeram o transporte de passageiros de São José aos demais municípios da região foram da Viação Catani, que faziam a linha de Capitão Leônidas Marques

8 IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85898&btOk=ok> <acesso em 08 de agosto de 2012.

9 FERREIRA, Ogair. "Boletim Diagnóstico Municipal" elaborado em novembro de 1988.

10 Idem.

a Santa Helena. As estradas que ligavam o município eram de difícil tráfego e em determinados locais eram como picadas, o que dificultava a viagem. Nos registros feitos pelo padre Mateus Colucci consta que:

Em maio de 1968 foi aberto o trecho que ligou São José a Luz Marina que já “comunicava” com Toledo, ou seja, já havia a estrada ligando Toledo a Luz Marina passando por São Pedro, (hoje São Pedro do Iguaçu). No dia 05 de agosto de 1968 aconteceu a primeira viagem de ônibus de Toledo a São José das Palmeiras e desembarcaram três pessoas¹¹.

As pessoas que já viviam aqui neste período e necessitavam desse transporte, recordam que muitas vezes após fortes chuvas, passageiros e motoristas tinham que cortar as árvores caídas nas estradas para continuar a viagem.

Eronises Fernandes da Silva, popularmente conhecido como “Didi”, chegou a São José das Palmeiras no ano de 1968, vindo da cidade de Terra Boa, localizada na região norte do Paraná. Adquiriu uma propriedade de 10 alqueires de terras na Linha São Cristóvão em sociedade com um cunhado com objetivo de cultivar o café.

Segundo Eronises, pouco tempo depois que chegou aqui nesta localidade conseguiu emprego na empresa de viação e transporte coletivo “Princesa dos Campos” que na época fazia a linha São José a Cascavel. Durante entrevista, “Didi” recordou do período em que foi cobrador na empresa:

Ah! Muitas vezes depois de ventanias e chuvas, árvores ou só galhos caíam na estrada que já eram verdadeiras picadas e impediam a passagem dos ônibus e até passageiros tinham que descer e ajudar a cortar as árvores e às vezes

11 COLUCCI, Mateus. Pároco da Igreja católica que residiu em São José entre os anos de 1974 a 1987. Registros que costumava fazer no “LIVRO TOMBO”, que se encontra sob a guarda da casa paroquial, situada à Rua Presidente Bernardes.

a gente ia até a casa de um morador para conseguir um traçador ou às vezes as pessoas que estavam trabalhando por perto nos ajudava.

Essa situação só mudou com a pavimentação asfáltica na PR-317, que liga o município de São José das Palmeiras aos municípios de Santa Helena e Toledo. A rodovia foi construída pela empresa SINODA através de concorrência pública. As atividades tiveram início em fevereiro de 1979 e com a mudança de governo no Estado foi concluída em março de 1983¹².

AS EMPRESAS COLONIZADORAS

Devido às dificuldades de acesso a informações e documentos, acreditava-se que a Bentheim era a principal colonizadora a atuar na área territorial do atual município de São José das Palmeiras no início de sua ocupação. Após pesquisas, leituras e análises de cópias de certidões de transcrição e transmissão de propriedades que foram cedidas pelo Cartório de Registros de Imóveis de Foz do Iguaçu e Toledo, constatou-se que as terras desta área pertenciam à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (F.P.C.I.)¹³, que as dividiu em áreas, glebas e colônias com identificações numéricas e alfabéticas (Ex: área 16. Gleba 5, Colônia B, Santa Helena ou Sol de Maio).

As empresas colonizadoras, ou corretoras, formadas por pessoas jurídicas ou físicas adquiriram estas terras com a finalidade de lotear e vender.

12 MATOS, Valmir da Silva - engenheiro da firma SINODA, em entrevista aos alunos da 7ª série do Ginásio Estadual Graciliano Ramos em 1979. Org. Zenaide Visch in Colonização de São José. 1982. Arquivos da Secretaria Municipal de Educação.

13 Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (F.P.C.I.), pessoa jurídica de direito privado, com sede em Curitiba. Paraná. Esta empresa era a responsável pela demarcação, venda e titulação de terras para empresas colonizadoras e ou somente físicas.

Constam nos referidos documentos que na área territorial do atual município de São José das Palmeiras atuaram diversas empresas, ou empreendedores que trabalharam na compra e venda dessas terras. Entre elas estão a Firma Daniel e Morski, Francisco Antônio Sciarra, Codal¹⁴, Kênia Industrial Mercantil Agrícola, Amil Sociedade Anônima, Jamaica, entre outras. Essas empresas geralmente contavam com procuradores ou representantes para a venda da área adquirida e a colonizadora Bentheim era uma dessas.

Constam em contratos de compra e venda que a Bentheim vendeu terras que foram adquiridas pelas seguintes pessoas: Ludovico Antônio Brunetti, Arlindo de Carvalho Pinto Netto, Caetano Carmo Mercante e Antônio Celso de Carvalho Pinto.

Na certidão de Nº. 23.447 do livro 3-0 de transcrição e transmissão constam a venda do lote rural Nº. 39 da gleba São José. Vejamos o que consta no referido documento:

Adquirente: Antônio Chiorato, casado, lavrador, residente e domiciliado no município de Ourizona.

Transmitente: Caetano Carmo Mercante, advogado e sua esposa: Cacilda Janson Mercante, do lar; Antônio Celso de Carvalho Pinto, solteiro, estudante, brasileiro e residente na Capital de São Paulo, representados pela Bentheim Cia Ltda com sede em Maringá; esta por Arthur Bruno Junges e Izaias de Melo Franco, residentes em Maringá¹⁵.

Para melhor visualizar estas empresas e investidores elaborou-se a tabela a seguir:

14 CODAL. Companhia de Colonização e Desenvolvimento Rural. Esta empresa também atuou na divisão e venda das terras do município de Terra Roxa.

15 CERTIDÃO nº. 23447 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Toledo - Estado do Paraná. Toledo, 14 de abril de 1972.

TABELA 01 - Empresas Colonizadoras

Adquirente/Empresa	Área/Gleba/ha/alq	Transmitente	Localização	Nº Certidão/Ano/ Transm./Transcrição
Antônio Fernandes	Área 9, gleba 2, 435,86 alq. , 524,90 alq.	Francisco Antônio Sciarra (Londrina)	Arroio Serrinha, Córrego Barreirinho e Córrego Barbosa	12.474 e 12.475. Ano 06/03/1967
André Martinez Júnior, Francisco Antônio Sciarra, Raymundo Durães, Abde- lkarin Janene	Área F, gleba 5, 490,33 alq.	Milton Tavares da Silva e Maria de Lour- des Queiroz Tavares (Londrina)	Rio São Francisco verdadeiro até Rio Santa Quitéria	8.513. Ano 16/01/1965
Francisco Antônio Sciarra, André Martinez Júnior, Raymundo Durães, Abde- lkarin Janene	Área 14, gleba 5, 1098,4 ha.	Elias José Curi	Ribeirão Gameleiro	8.510 Transcrição 4.967. Ano 27/01/1965
Dr. Caetano Carmo Mer- cante, Antônio Celso de Carvalho Pinto represen- tado pelo procurador Dr. Arlindo de Carvalho Pinto Netto. (São Paulo)	Área 16, gleba 5, 982,4 ha.	Cia Paranaense de Colonização "Espéria S.A". (São Paulo) representado pelos diretores Giacomio Valentim Lucchesi e José Oliveira Pirajá	Cabeceira do Ribeirão Gameleiro	4.750. Ano 28/04/1962
Odilon Coppla, José Mercês Moreira, Francisca de Lourdes Coppla, Zaira Coppla e João Coppla (Ponta Grossa)	Área 20, gleba 2, 490,08 alq.	Fundação Paranaense de Colonização e Imi- gração. (Curitiba)	Córrego das Abelhas	10.317. Ano 25/03/1966

Adquirente/Empresa	Área/Gleba/ha/alq	Transmitente	Localização	Nº Certidão/Ano/ Transm./Transcrição
Amil Sociedade Anônima e Kênia Industrial, Mercantil e Agrícola S.A (São Paulo).	Área 18, gleba 5, 353,6 ha.	Cia Paranaense de Colonização "Espéria S.A". (São Paulo).	Arroio Jetaíta e Ribeirão Gameleiro	4.717. Ano 28/04/1962
Geraldo Passos Carpinelli, Oswaldo Pamplona Pinto e Kenia Industrial Mercantil Agrícola S.A. (São Pau- lo), procurador: Eugenio Iwankiw	Área 17, 199 ha.. 630 ha e 589,9 ha	F. P. C. I.	Arroio Encontro e o Córrego das Abelhas	4.718. Ano 28/04/1962
Oswaldo Pamplona Pinto	690 ha	F. P.C.I.	Arroio Encontro	922. Registro anterior nº 4.418
Arlindo de Carvalho Pinto Netto - representado pela Bentheim dirigida por Ar- thur Bruno Junges e Izaias de Melo Franco	Área 17, Gleba São José, 199 ha.	Espéria	Arroio Encontro	4.721. Transc. 4.720. Ano 28/04/1962
Belmiro José da Costa Sobrinho. (Maringá).	479 ha	Odilon Coppla	Córrego das Abelhas	4.260. Transc. 5.723. Ano 02/09/1965
Carlos Camargo Vergueiro. (São Paulo)	Área 24, 712 ha. Área 10, 517 há.	F.P.C. I. Espéria	Córrego das Abelhas, Arroio Boas Novas	Cert. 4.726 Cert. 4.725. Ano 28/04/1962

Adquirente/Empresa	Área/Gleba/ha/alq	Transmitente	Localização	Nº Certidão/Ano/ Transm./Transcrição
Renato da Costa Lima, representado pelo Geraldo Passos Carpinelli	Área 8. 1.212,4 ha.	F.P.C.I.	Ribeirão Gameleiro e Córrego Jetaíta	Cert. 4.737
Kênia, Industrial Mercantil Agrícola - procurador: Carlos Camargo Vergueiro	Área 6 1.259 ha.	F.P.C.I.	Ribeirão Gameleiro	Cert. 4.734
Elias José Curi, Lídia Schirtdt Curi	Área 3, gleba 5, colônia B 1. 149 ha.	F.P.C.I.	Rio Santa Quitéria	Cert. 4.964, 23/6/1962 adquiriu e vendeu p/ Sciarra cer. 8.511
Ludovico Antônio Raphael Brunetti e Maria Gabriela Brunetti. (São Paulo)	Área 7, gleba 5, 1.208,4 ha.	F.P.C.I.	Ribeirão Gameleiro, Guatambri, Arroio Águas Tapuí	Cert. 4.735 Transcrição e trans- missão
Orlando Neto Soares, Arnaldo Teixeira Mendes - procurador: Arlindo de Carvalho Pinto Netto	Área 15 gleba 5 1.169,6 ha.	F.P.C.I.	Córrego Apepu e Córrego Águas	Cert. 4.778. (São Paulo)
Carlos Camargo Vergueiro	Área 24, gleba 2, 712,3 ha.	Cia Paranaense de Coloniz. Espéria SA.	Arroio Boas Novas	Cert. 4728. (São Paulo)
Francisco Antônio Sciarra	Área 4, 500,9 alq.	Raymundo Durães	Rio Santa Quitéria	Cert. 9.988

Adquirinte/Empresa	Área/Gleba/ha/alq	Transmitente	Localização	Nº Certidão/Ano/ Transm./Transcrição
Elias José Curi	Área 14, 1.286,4 ha	F.P.C.I.	Córrego Serrinha	Cert. 4.967
Daniel e Morski. (Pitanga-PR)	Gleba 2, 422,97 alq.	F.P.C.I.	Córrego Serrinha	Cert. 6.717
Milton Tavares da Silva. (Londrina-PR)	Área F, gleba 5, 490,33 alq.	Luiz Carlos Barreto César	Rio Santa Quitéria	Cert. 5.844

Tabela elaborada com base nas certidões de Transcrição e Transmissão do Cartório de Registros de Imóveis de Toledo e Foz do Iguaçu.

Procedência: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São José das Palmeiras.

Acervo: Projeto Memórias e História.

Organizadoras: Zoraide F. Da Silva e Eliane Moreira Lourenço.

Analisando as certidões de transcrição e transmissão percebeu-se a presença de empreendedores de várias origens que investiram na compra e venda de terras na área do atual município de São José das Palmeiras. Entre estes havia japoneses, espanhóis, uruguaios, libaneses e principalmente paulistas.

Com relação à Colônia São José, segundo dados constantes na certidão de N°. 8472¹⁶, de 28 de abril de 1962, e mapa na página ao lado, nota-se que essa área foi adquirida da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (F.P.C.I.) pelos sócios acionistas Caetano Carmo Mercante e Antônio Celso de Carvalho Pinto, ambos residentes em São Paulo. Posteriormente a Colonizadora Bentheim & Cia Ltda, com sede em Maringá-Paraná, empresa esta dirigida por Arthur Bruno Junges e Izaias de Melo Franco assumiu a divisão e venda das terras destes proprietários por intermédio de documentos de procuração.

Observa-se no mapa de atuação da colonizadora Bentheim que as divisões dos lotes sofriam variações em suas dimensões de acordo com a localização, ou seja, se estivesse distante de uma estrada ou de um córrego tinha a extensão ampliada.

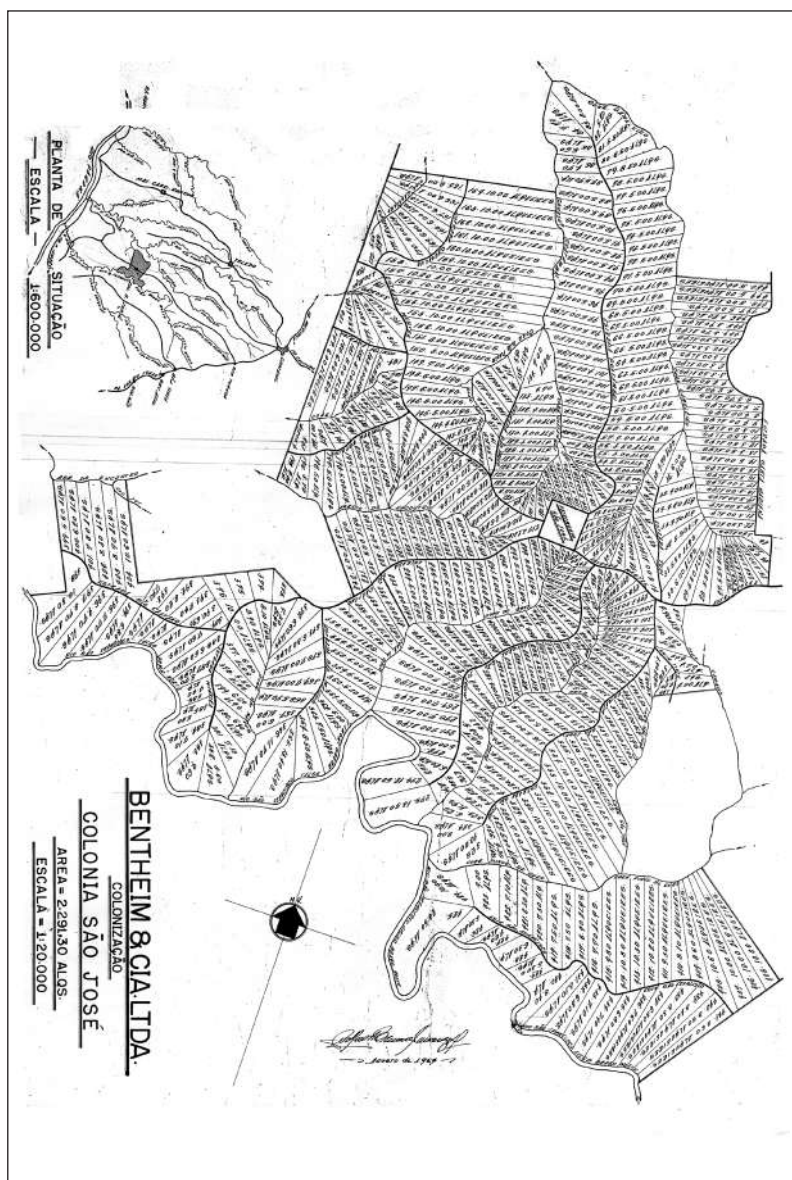
Segundo depoimentos informais, essa era uma das estratégias usadas pelas empresas para que todos os proprietários fossem beneficiados com nascentes de água; rios, córregos ou minas e acesso a estradas, fatores importantes no momento da aquisição de área rural, pois os compradores não se interessavam por propriedades sem esses recursos.

Conforme mapa ao lado, (figura nº3) ao planejar a divisão dos lotes, a Bentheim reservou uma pequena área para a formação do patrimônio, ou seja, da cidade, contendo seis quarteirões acima e seis abaixo da rua principal dessa área, que posteriormente recebeu o nome de Avenida José Bonifácio¹⁷.

16 TOLEDO. Certidão nº 8.472 de 09 de setembro de 1997. Certidão de Transcrição da Transmissão da F.P.C. I. (Fundação Paranaense de Colonização e Imigração) para Caetano Carmo Mercante e Antônio Celso de Carvalho Pinto, em 28 de abril de 1962. República Federativa do Brasil. Registro de Imóveis. Comarca de Toledo.

17 Os nomes originários das ruas e escolas de São José homenageiam personalidades políticas tais como D. Pedro I, Benjamim Constant, Marechal Costa e Silva, Marechal Castelo Branco, José Bonifácio, Regente Feijó, Coelho Neto entre outros.

FIGURA 03 – Mapa da Colonizadora Bentheim



Fonte: Arquivos da Secretaria Municipal de Educação.
Arquivos: Projeto Memórias e História.

Constatou-se em depoimentos de Luzia Biassuto e Geraldo Neves que a colonizadora Bentheim, bem como as demais corretoras que atuaram na compra e venda de terras na área que atualmente compreende o município de São José das Palmeiras, faziam as propagandas destas terras de “boca a boca”. Ou seja, visitavam pessoalmente os possíveis compradores em determinados municípios paranaenses. Esses corretores centralizaram suas vendas principalmente na região norte do estado do Paraná, por saberem do interesse dessas pessoas pelo cultivo do café. Outra forma de propaganda dessas terras se deu por meio de vizinhos, amigos ou parentes. Luzia Biassuto Sant’ana e o esposo Alcides Dutra Sant’ana (in memoriam) e filhos pequenos radicaram-se em São José das Palmeiras no dia 16 de julho de 1969, vindos do município de Ubatã, estado do Paraná. Em entrevista Luzia declarou:

Um compadre nosso né?! Que veio para comprar terra em Assis, mas Assis tava muito caro, ele falou, “então vamo até São José”, aí vieram até São José e foram vê o sítio, o lote lá embaixo, (São Cristóvão) gostaram e comprou. O pessoal comentava que era bom (...). Meu coração não pedia para morar aqui¹⁸.

O objetivo das colonizadoras era atrair o maior número de pessoas num curto período de tempo para ocupar essas terras. Portanto, não trabalhavam com estratégias políticas, sociais e étnicas quanto aos futuros moradores¹⁹.

As primeiras pessoas que se fixaram nesta localidade recordam que quando uma pessoa se interessava por estas terras

18 Entrevista concedida a Alexandra Marafiga, em março de 2011. Arquivos do Projeto Memórias e História de São José das Palmeiras.

19 Colodel afirma que as empresas Maripá, que atuou em Toledo, Marechal Cândido Rondon, entre outros municípios vizinhos da região oeste, e a Madalozzo, que loteou e vendeu terras em Santa Helena, priorizavam a vinda e ocupação desses locais por pessoas descendentes de alemães e italianos. Por isso seus acionistas não faziam divulgação ostensiva das terras, como meio de evitar a vinda de elementos tidos como indesejáveis, tais como os nortistas. (p. 218)

vinha para "cá" (São José) para conhecer e depois "fechar negócio". Muitos compradores vinham sozinhos para derrubar o mato e construir o rancho para depois buscar a família. Já outros vinham sem saber onde se instalar e chegando aqui acampavam no espaço destinado à formação da cidade. Ana Neves em entrevista afirmou que:

Quando a gente chegou aqui a gente ficou embaixo das barracas e era a época do inverno (...) passamos muito frio (...) na rua ali tava cheio de barraca assim tinha duas avenidas e espécie de um canteiro onde não era plantado nada no meio. Então ali era cheio de barraca todo mundo ficava debaixo das barracas até fazer o rancho²⁰.

Miguel Geniak entendia que o homem como chefe da família às vezes se via obrigado a vir sozinho para derrubar o mato e construir a casa para depois buscar a família. Este relatou:

No início do ano de 1969 eu vim para cá derrubar o mato juntamente com o meu filho mais velho, deixando minha família, pois sempre era só o chefe de família que vinha e depois voltava buscar mudança. Eu e mais um amigo que conheci logo ao chegar aqui que era o Sr. Francisco Martins dos Santos e o meu filho dormíamos em um ranchinho na propriedade do Sr. Armando Voloch, salvo engano ele foi o primeiro crente da Congregação Cristã que chegou nesta região, só que ele (Armando) morava em Luz Marina. Na época havia onças por aqui, teve noites da bicha miar bem perto do rancho e, de medo que ela pegasse um de nós pelo buraco da parede nós dormíamos com o fogo aceso. No mês de Outubro fui buscar minha família²¹.

20 NEVES, Ana. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga e Zoraide Ferreira da Silva em novembro de 2010.

21 GENIAK, Miguel. Entrevista concedida a Zenaide Vischi, julho de 1982. Arquivos da Secretaria Municipal de Educação de São José das Palmeiras.

Alice Geniak e família residiam em Maringá, no estado do Paraná. Chegaram a São José no dia 09 de outubro de 1969. Seu esposo Miguel Geniak já estava residindo nesta localidade desde o início do ano e já havia derrubado parte da mata da propriedade, mas não conseguiu construir a casa para receber a família. Em entrevista Alice expôs o seguinte:

Chegamos de mudança bem no dia do aniversário de Elisabete Cristina, a minha filha caçula. Aqui tudo era mato. Não tinha onde morar. A dona Filomena do antigo Açougue São Jorge, nos arrumou um ranchinho no fundo de sua casa, de um lado era chiqueiro de porco, do outro lado era galinheiro. Em dois cômodos bem pequeninos ficamos morando. Os meus filhos mais velhos posavam na casa da D. Filomena. Chovia muito e dava uma serração louca²².

No decorrer das entrevistas, ou mesmo durante as conversas informais, ficou evidente que além da falta de estradas havia muitas outras dificuldades a serem enfrentadas pelos moradores deste local tais como: a falta de recursos médicos, moradias e de transporte.

No dia 05 de outubro de 1968 chegou a São José a família Gonçalves Bezerra, procedente de Janiópolis - Paraná. Dona Ana Gonçalves Bezerra recordou que na época, no local destinado a área urbana havia apenas duas casas, a do João Batista e a do Genésio. Segundo Geraldo Neves, a casa do Genésio tornou-se uma pensão para receber os possíveis compradores de terras que chegavam diariamente em São José. As demais moradias eram barracas de lona construídas ao longo da picada destinada à avenida principal da área urbana do patrimônio²³.

22 GENIAK, Alice. Entrevista concedida a Pedro Luiz Schnorr em 1992 - Arquivos da Secretaria Municipal da Educação de São José das Palmeiras.

23 PATRIMÔNIO; na linguagem das pessoas de origem nordestina significa cidade pequena, área urbana. Atualmente este termo é usado por poucas pessoas, pois o dialeto local sofreu interferência de outras culturas tais como alemã, italiana, gaúcha, entre outras. Patrimônio também quer dizer bens acumulados, riqueza, imóveis, herança paterna, bens de família. WIKIPÉDIA a enciclopédia livre. <http://www.google.com.br>. Acesso em 15 de fevereiro de 2012.

Em entrevista Ana Gonçalves Bezerra relatou:

Meu marido e meu filho mais velho vieram antes para fazer a casa, enquanto faziam a casa dormiam debaixo do assoalho do Grupo Escolar que estava sendo construído pelo prefeito de Marechal Cândido Rondon, o atual deputado Werner Wanderer. Naquela época São José pertencia a Marechal Cândido Rondon. O Severino meu filho, que depois mais tarde ficou conhecido como “Severino do Gás”. Tinha um jipe com que puxava os doentes para levá-los a Toledo no médico. Mas logo veio o Dr. Guido e mais tarde um pouco o Dr. Oscar, o farmacêutico “Geraldo”, pessoa muito boa²⁴.

Segundo os entrevistados, as dificuldades foram sendo mais fáceis de serem superadas à medida que iam chegando novos moradores e havia a abertura de estradas, farmácias, mercados, postos de combustíveis e a construção de escolas.

De acordo com Luzia Biassuto Sant’ana, dias antes da mudança, as pessoas preparavam o que era necessário para a viagem. No caminhão vinham porcos, galinhas, vacas, cavalos, carroças e produtos como arroz, feijão, café, sabão e outros mantimentos, o suficiente para o consumo da família até começarem a produzir. Traziam também alguns instrumentos necessários para o início da vida nesse novo lugar como enxadadas, facões, foices e machados.

Geraldo Neves chegou em São José no ano de 1969, vindo de Goierê, estado do Paraná. Em entrevista relatou que o caminhão era o meio de transporte mais usado na época, e nele eram transportados os poucos móveis, os animais, produtos alimentícios e até mesmo a família. “Vinha tudo como gato ensacado”, brincou ele. Na época era comum a chegada diária

24 VISCHI, Zenaide. Funcionária Pública de São José das Palmeiras na década de 1980, sendo uma das responsáveis pelas primeiras pesquisas e levantamento de dados sobre a história do atual município.

de caminhões com mais de uma mudança a esta localidade, essa era uma estratégia das pessoas para resistir às dificuldades, derrubar o mato, construir o rancho, plantar e colher.

Segundo Carniel, a visão de moradores de municípios da região oeste onde predominou a ocupação por descendentes de italianos e alemães era de que as pessoas de origem nortista ou nordestina não se preocupavam com o “amanhã”. Essa visão preconceituosa estava carregada de significados, um deles era de que pessoas “nortistas” ou nordestinas não eram afeitas

FIGURA 04 – Caminhão de Mudança



No início do povoamento do município era comum a chegada de caminhões de mudanças trazendo novas famílias²⁵.

Procedência: Família Faria.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

25 Esta mudança era da família Faria, que estava deixando a cidade de São Pedro do Ivaí, em 1970, para residir em São José com intenção de plantar café na propriedade de Francisco Sanches pai de Ademirço. Segundo Ademirço Sanches que reside em São José desde 1971, geralmente as pessoas que já estavam morando aqui iam receber e ajudar os novos moradores.

Na foto acima, as moças sentadas em frente ao caminhão quatro delas são irmãs do Ademirço do Banco. Da direita para a esquerda de blusa branca; Cleusa e Irene a terceira de blusa clara é a Neusa e a última de vestido rosa é a Helena. Os homens: da direita para a esquerda: Adelino Sanches, Álvaro, Jorge, Nestor e Nelson Faria.

ao trabalho e tudo que se produzia era consumido imediatamente, sem se preocupar em reservar parte para os períodos de entressafras²⁶.

Pelos relatos dos primeiros moradores, percebeu-se que a maioria dos entrevistados sabia das dificuldades que iam enfrentar neste local, portanto se preparavam antes de vir para esta região.

Luzia Biassuto Sant'ana relatou que:

Era só mato, não tinha estrada só tinha casas fraquinhas pra cá. Aí devagarzinho foi aumentando, aumentando, vindo todo o dia três a quatro mudanças. Na mudança nos trouxemos cabrito, porco, galinha, feijão, arroz, bastante sabão, banha tudo pra passar um ano. Foi muita dificuldade nós dormia debaixo de lona, os cachorros de noite entravam debaixo e carregavam as coisas de comer²⁷.

Durante entrevista concedida a Pedro Luiz Schnorr e Vanda Antônio de Oliveira, Catarina Amália Pagliarini dos Santos afirmou que:

As maiores dificuldades foi a falta de recursos, e estes só eram encontrados em Toledo e Cascavel, mas para chegar até lá havia dificuldades por falta de estradas, pontes e na época chovia muito. O único meio de transporte que enfrentava era o jipe, mas nem sempre conseguia ultrapassar as barreiras e muitas pessoas perderam a vida. Não tinha escolas e muitas crianças não tiveram oportunidades de frequentar uma sala de aula, crescendo assim o índice de analfabetos. Com isso a maioria das comunidades começou a unir-se e construir escolas. Olha, não foi fácil. Não havia

26 CARNIEL, Solange Maria. O Oeste Paranaense e a Singularidade de São José das Palmeiras-1969-1985. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

27 SANT'ANA, Luzia Biassuto. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga e Zorai-de Ferreira da Silva em março de 2011.

*recursos médicos. Não havia escola, meu primeiro filho começou seus estudos em Cascavel*²⁸.

No relato acima se percebe que todas as conquistas são atribuídas ao trabalho coletivo dos moradores que se uniam e se ajudavam no enfrentamento das adversidades encontradas. Aos poucos esta localidade cresceu impulsionada pelo cultivo de diversos produtos agrícolas como hortelã, café, milho, feijão, arroz, mandioca e outros.

Consta em registros no Livro Tombo da Casa Paroquial feito pelo padre Mateus Colucci, que com o constante crescimento da população e do comércio local, houve a necessidade de ampliação da área inicial do centro urbano.

Durante conversa informal, Eliseu Schwambach, proprietário do Cartório de Registro Civil de São José das Palmeiras mencionou que com a ampliação da área urbana nasceram os loteamentos Tiradentes, Alto Alegre, Cândido e os conjuntos habitacionais Sol Nascente, Sol Poente e Cardeal.

28 SANTOS, Catarina Amália Pagliarini dos. Entrevista concedida a Pedro Luiz Schnorr em 1990. Arquivos da Biblioteca Pública Municipal. Anexo à Escola Municipal Regente Feijó, localizada à Rua Francisco Ângelo.

FIGURA 05 – Loteamento Urbano



Fonte: Departamento de Tributação, Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.

Adaptação: Eliane Moreira Lourenço e Osmar Basso.

EXPLORAÇÃO DA MADEIRA

*Um dia
Quando aqui cheguei,
Muitas palmeiras encontrei.
Palmitos no espigão
E coqueiros no Baixadão.*

*Os grileiros com seus caminhões,
Com machados e peões.
Sem respeito pela natureza,
Os palmitos trouxeram pobreza (...).*

*Hoje com dor no coração
Às crianças e jovens; peço perdão.
Pelas matas derrubadas
E sem dó queimadas (...).*

Prof^a Catarina Amália Pagliarini dos Santos²⁹.

Embasado em informações obtidas por meio de entrevistas, depoimentos e registros fotográficos do início da ocupação desta área, percebeu-se que estas terras eram cobertas de diversas espécies de madeira de lei, como peroba, canafístula, cedro, ipê, marfim e outras.

Catarina Amália Pagliarini dos Santos e família chegou a São José das Palmeiras no ano de 1971, vinda do município de Alto Piquiri – Paraná, adquirindo uma propriedade na localidade do Baixadão. Em entrevista relatou:

Naquela época, a nossa região era coberta por uma vegetação alta com muita madeira de lei como: ipê roxo e amarelo, peroba, marfim, cedro, canafístula e outras. Os espigões eram cobertos por palmitos que foram tirados principal-

29 SANTOS, Catarina Amália Pagliarini dos. Entrevista concedida a Pedro Luiz Schnorr e Vanda Antônia de Oliveira em 1988.

mente por grileiros; pessoas que iam até as regiões de palmital com peões que invadiam e extraíam os palmitos sem dó e vendiam para as indústrias.

O relato confirma que além da madeira de lei, a mata era composta por coqueiros e palmitos, plantas originárias da palmeira³⁰. Essas espécies vegetais eram encontradas em abundância nos terrenos mais elevados, denominados comumente de morros ou “espigões”, características estas predominantes em boa parte das terras do município.

Conforme depoimento de Luzia Biassuto e Ana Neves, no início da ocupação do município as residências ou “ranchos” eram construídos de coqueiros ou tronco da madeira do palmito. O tronco destas árvores geralmente era dividido ao meio e utilizado para fazer as paredes externas e internas das primeiras moradias. O palmito também foi muito utilizado na alimentação das pessoas em períodos de dificuldades logo após a ocupação desta localidade. Ana Neves recorda:

(...) Nossa! Aqui a gente comia muito palmito. Jesus! Era palmito pro almoço, a mistura da manhã era palmito e pra variá um pouco, fazia pastel de palmito, palmito pro café da tarde, e era palmito, palmito... Nossa! Quanto sofrimento aqui nesse lugar, heim?!³¹

Segundo Sérgio Ramil Guedes, as moradias construídas com o coqueiro no início da ocupação até mesmo no espaço reservado ao patrimônio, aos poucos foram sendo substituídas por casas de tábuas, telhas e assoalhos, como as que aparecem

30 De acordo com o dicionário on-line Wikipédia, o palmito e o coqueiro são da família da palmeira. “Palmeira é o nome comum da Arecaceae, anteriormente conhecida como Palmae ou Palmaceae, a única família botânica da ordem Arecales. Pertencem a esta família plantas muito conhecidas, como o coqueiro e a tamareira abrangendo cerca de 210 gêneros e 2.500 espécies. Se distribuem pelo mundo todo, mas estão centralizadas nas regiões tropicais e subtropicais”. Acesso dia 15 de junho de 2010.

31 NEVES, Ana. Entrevista concedida a Zoraide Ferreira da Silva e Alexandra Marafra. Novembro de 2010.

nas fotografias da época.

Na zona rural, até a década de 1980, a maioria das habitações era de coqueiro e gradativamente também foram sendo substituídas com a chegada das serrarias e o beneficiamento da madeira. As residências possuíam quatro cômodos, como sala, cozinha e dois quartos e eram de “chão batido”, ou seja, não tinham assoalhos. Além de abrigar a família, muitas vezes um dos cômodos era usado para armazenar os produtos colhidos na roça como milho, feijão e arroz.

**FIGURA 06 - Residência construída
com madeira de coqueiro**



Dona Tereza Rigo, esposo e filhos em frente à residência da família em 1970. A propriedade estava localizada na estrada São Caetano.

Procedência: Família Rigo.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

A vegetação nativa e as espécies de madeiras de lei existentes nesta localidade também eram levadas em consideração no momento de aquisição de uma propriedade, bem como água e estradas.

Geraldo Neves recorda que veio conhecer as terras de

São José por intermédio de um corretor da Bentheim. Adquiriu uma propriedade com a intenção de cultivar o café. Ao ser questionado sobre sua vinda para esta localidade relatou:

Sabe o que é? A gente tinha aquela influência por café. E eu conhecia o mato mais ou menos e sabia o lugar que era pra café, então vim direto aqui (...). Ah! Aqui é pra café. Aí eu comprei um sítio aqui na Estrada Gameleira.³²

No dia da entrevista, Geraldo Neves estava acompanhado da esposa Ana Neves que atenta ao assunto complementou: “Conforme a espécie de madeira, o tipo da mata a gente já sabia a cultura que a terra produziria. Onde era terra fraca, e onde a terra era forte”.

Uma das primeiras atividades desenvolvidas em São José foi a exploração e comercialização da madeira pelas serrarias que logo após a ocupação se instalaram nesta localidade. Estas empresas tiveram curta duração devido à exploração intensiva da mata nativa, fato este que ainda faz parte das recordações de João Surian, ex-sócio da serraria Cianorte. João Surian residia em Astorga, região norte do estado e em 1971 veio com a família para São José. Em entrevista relatou:

Ah! Eu tinha vocação para o café, nós fomos criados com o café no norte do Paraná. (...). Eu logo de começo já cheguei e já arrumei uns companheiros e antes de mexer com o café eu montei uma indústria madeireira, uma serraria pequena. Produzimos muita madeira em São José. Nós vendíamos bem a madeira, mas com 2 ou 3 anos as madeiras acabaram e aí eu mudei de profissão, voltei para a agricultura de novo. Eram todos os sítios pequenos; propriedades de 5 a 10 alqueires, todo mundo queria abrir os lotes. Nos primeiros anos de ocupação aqui (São José) tinha muita madeira

32 Idem

*de lei, como peroba, ipê, mas que naquele tempo podia derubar a vontade não tinha negócio de desmatamento. E o pessoal entrou (...).*³³

Segundo informações obtidas em entrevistas, observou-se que na década de 1970, em São José havia cerca de cinco a seis serrarias. Entre elas a do popular Batata, a do Zé, a Albuquerque, a Minuano e a Cianorte.

Conforme depoentes como João Surian e Alcides Stofalete³⁴, mesmo com a atuação destas serrarias que beneficiavam e comercializavam a madeira, houve a necessidade de queimar parte desta para ceder espaço à agricultura.

FIGURA 07 - Serraria



Serraria Cianorte, situada próximo à Farinheira, na saída para a Linha São Joaquim - foto de 1971.

Procedência: Família Surian.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.

33 SURIAN, João. Entrevista concedida a Zoraide Ferreira da Silva, em novembro de 2011.

34 STOFLETE, Alcides. Em entrevista concedida a Zoraide F. da Silva e Alexandra Marafra em fevereiro de 2011.

Nas décadas de 1960 e 1970³⁵, período em que o espaço territorial que atualmente compreende o município de São José estava sendo ocupada, a agricultura paranaense passava pelo processo de modernização, acontecendo a destoca (retirada de troncos e tocos) das propriedades para o emprego de máquinas, adubos, herbicidas e sementes selecionadas. Essas mudanças eram incentivadas pelo governo em nome do desenvolvimento do espaço rural e o objetivo era o aumento da produção de grãos em menor tempo e espaço.

Para Devanir Brigantini, responsável pelo escritório local, do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o processo de modernização agrícola empregado na região oeste, pouco foi sentido no município de São José das Palmeiras devido à formação e composição do solo na maior parte da área territorial. Estas características impossibilitaram o emprego de máquinas no campo.

ORIGEM DOS PRIMEIROS MORADORES

No início da ocupação do atual município de São José das Palmeiras a maioria da população local era composta por pessoas de origem “nortista” ou “nordestina” como foi denominada esta leva de migrantes que se deslocou do norte paranaense em direção a região oeste do estado. Portanto esta corrente migratória ficou conhecida como “frente cafeeira ou cabocla”.

A frente de expansão cafeeira que se deslocava vinda do Norte do Paraná em direção aos rios Paraná e Piquiri, e que tinha como centros irradiadores os estados de São Paulo, Minas Gerais e o nordeste brasileiro, como também o colono sul paranaense em sua

35 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Coleção: Cadernos do Ensino Fundamental. Lições de Professor. Vol. 5, p.133 e 134. Curitiba, 1993.

progressão para o oeste encontraram sólidas barreiras para se acomodarem nessa nova frente de colonização agrária que aqui estava sendo aberta. Para estes a ideologia étnico-racial sulista reservava conotações no mínimo preconceituosas, denominando-os genericamente de “nortistas” e de “caboclos”.³⁶

Segundo Pedro Schnorr³⁷, as pessoas que se estabeleceram em São José das Palmeiras não vieram diretamente do nordeste brasileiro. Grande maioria eram filhos de nordestinos, que haviam migrado para o norte do Paraná décadas antes. Muitos deles vinham para adquirir terras, e outros em busca de trabalho nas lavouras, sendo empregados pelos proprietários que necessitavam de mão de obra.

Isto pode ser verificado junto à Secretaria Municipal de Educação, ao analisar as pastas individuais de alunos de seis localidades do interior do município. Para escolha destas foi considerado o número de alunos matriculados nos primeiros anos de funcionamento da escola.

Para a amostragem analisou-se cinquenta documentos de cada escola localizada nas comunidades relacionadas na página ao lado, e elaborou-se a tabela a seguir.

36 PALUDO, Giovanni Batista. BARROS, Darci Alda. Síntese da História do Paraná. ASSOESTE - Cascavel, 1988.

37 SCHNORR, Pedro Luiz, A Concentração e Posse da Terra, o Processo Migratório e o Cotidiano dos “boias fria” no Município de São José das Palmeiras. Monografia apresentada na conclusão do curso de pós-graduação em História. UNIOESTE. Marçal Cândido Rondon, 2000.

TABELA 02 - Procedência dos alunos

Localidade	BA	MG	PR	PE	RS	AL	CE	SC	SP	ES
Baixadão	01	07	28	02	06	01	03	02	-	-
Gameleira	02	30	04	03	-	07	01	-	03	-
Barra Funda	01	06	10	04	10	04	04	04	07	-
Codal	04	05	11	04	09	04	05	03	05	-
Serrinha	-	09	28	-	05	-	-	04	-	04
São Joaquim	04	04	36	02	01	02	-	-	-	01

Amostragem da Procedência dos alunos das principais escolas rurais – década de 1970. Tabela elaborada pelas pesquisadoras Zoraide F. da Silva e Eliane Moreira Lourenço.

Fonte: Ficha individual e certidão de nascimento de 50 alunos de cada comunidade pesquisada.

Arquivos: Secretaria Municipal de Educação.

Observa-se no quadro acima que a maior parte das crianças em idade escolar entre 1970 a 1980 era nascida no Paraná e seus pais eram migrantes descendentes de mineiros, pernambucanos, baianos, paulistas e de outros estados brasileiros.

Ao analisar documentos no cartório de Registro Civil de São Clemente, distrito de Santa Helena, local onde eram realizados os casamentos na época, Solange Carniel constatou que, dos cônjuges registrados entre 1970 e 1985, 37% eram nascidos no Paraná e 28% em Minas Gerais. A pesquisa demonstrou que, 15% dos casais eram nordestinos³⁸.

Após a formação do Lago de Itaipu, São José das Palmeiras recebeu diversas famílias de migrantes descendentes de italianos e alemães vindos dos municípios onde ocorreram desapropriações e com isso houve algumas mudanças culturais, sendo notadas nos hábitos alimentares, na música, dança, entre outros.

38 CARNIEL, Solange Maria. O Oeste Paranaense e a Singularidade de São José das Palmeiras – 1969-1985 p. 109, 110. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2003.

CONFLITOS PELA POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA

A história de vários municípios paranaenses e mesmo brasileiros é marcada por conflitos pela posse da terra. A Benthem foi uma empresa que vendeu suas terras com a garantia de títulos, o que favoreceu a atração de novos compradores.

Conforme dois entrevistados³⁹, os títulos eram legais e mesmo assim houve conflitos e mortes pela posse e propriedade da terra na área territorial de São José. Nestes casos, os envolvidos não eram compradores da Colonizadora Benthem. Os conflitos aconteciam quando havia compra e venda de terras que já eram ocupadas por posseiros ou grileiros.

Trajano de Novaes nasceu no Estado da Bahia em 1922. Era filho de agricultores de origem portuguesa e indígena. Migrou de Borrazópolis, norte do Estado do Paraná para a localidade de Luz Marina em 1965 e em 1967 passou a residir no Baixadão⁴⁰ onde adquiriu uma propriedade. Nesta localidade presenciou algumas situações pela posse da terra. Em entrevista à Solange Carniel no ano de 2002, Trajano mencionou:

Aqui eu peguei umas terras de um cara que era grileiro, era o (...) Schneider. Essas terras eram do Brigadeiro Oswaldo Pamplona Pinto. Mas como ele (Schneider) ficou me devendo, ele não tinha outra coisa pra pagar, eu fiquei com essas terras, depois de alguns anos apareceu o Brigadeiro (...). Eu descí por uma picada, eles desceram, abriram essa posse aqui e me venderam a posse, quando foi 68... 69 me deram um apuro aí. (...) o senhor vai desocupar em 24 horas, se não lhe solto uma bomba lá e acabo com vocês. Quero as

39 SANT'ANA, Luzia Biassuto em entrevista concedida a Alexandra Marafiga em 16 de agosto de 2011.

STOFALETE, Alcides em entrevista em 16 de agosto de 2011.

40 Área pertencente a Geraldo Passos Carpinelli, Oswaldo Pamplona Pinto e Kênia Industrial Mercantil Agrícola S. A. certidões de transcrição e transmissão Nº 4718 de 28 de abril de 1962. Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu.

*terras desocupadas, foi aquele problema. Ele voltou daí 15 dias. Parou em São Pedro, Toledo, com avião pegou um jipe e veio para Luz Marina, porque São José ainda era difícil. Aí mandou me chamar lá. Eu fui. (...). Ele fez o levantamento das terras conseguimos derrubar as árvores de 40 alqueires foi aí que fizemos amizade (...).*⁴¹

Muitas vezes o proprietário aparecia com a documentação e o posseiro resistia em deixar a área onde já havia derrubado o mato, plantado e construído o rancho. Alguns compradores de terra desta área procuravam o verdadeiro proprietário ou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e regulamentavam a documentação da propriedade⁴².

Elvio Della Coletta⁴³ foi um desses compradores de terra com títulos ilegais. Em entrevista a Carniel, relatou que foi uma das pessoas que comprou terras de posseiros no Baixadão e que os documentos não eram legítimos e não havia escritura. Para a legalização de sua propriedade foi até o escritório do INCRA na cidade de Cascavel, descobriu em nome de quem estava a escritura, e regulamentou a posse de suas terras, após demarcação e pagamento dos impostos.

No primeiro depoimento é visível a ação de pessoas defendendo seus interesses à margem da lei, usando de negociações, intimidações e ameaças à vida.

Segundo Colodel, houve casos em toda a região oeste em que posseiros individuais e mesmo grupos inteiros foram forçados a deixar a terra que haviam cultivado sem receber nenhuma compensação ou indenização pelas benfeitorias realizadas na propriedade. Muitas vezes os posseiros tinham suas

41 NOVAES, Trajano de. Entrevista concedida a Solange Maria Carniel em 2002. Arquivos da Secretaria Municipal de Educação de São José das Palmeiras.

42 FLECK, Alceu. Presidente do Sindicato Rural de São José das Palmeiras afirma que é de seu conhecimento que há algumas áreas de terras que eram posse no município sem documentação definitiva. Os proprietários não vão atrás devido aos altos custos para fazer a escritura.

43 DELLA COLLETA, Elvio. Entrevista concedida e gravada a Giordano Tito Angeli, Cascavel, 08 de março de 2002. In: Carniel. 2002

lavouras destruídas, suas casas queimadas e houve casos em que as pessoas foram assassinadas. Essas ações ocorreram principalmente na área que constituía a Fazenda Mesquita e área do Baixadão como é citado abaixo:

A Fazenda Mesquita⁴⁴ foi uma propriedade invadida por posseiros. Ali naquela fazenda havia um plantio muito grande de hortelã e os posseiros queriam ficar como donos. Então os proprietários que eram o Sr. João Mesquita e Juvenal Mesquita Filho, foram à justiça e requereram a posse da terra, pois possuíam documentos que comprovavam que eram donos. (...), aí começaram a acontecer os despejos. Houve jagunços que iam às fazendas intimidar os posseiros e numa tocaia, acho que foram umas onze pessoas que morreram num final de ano lá, até a prefeitura mandou a caçamba lá para recolher os corpos dos jagunços. Então foi os posseiros que mataram os jagunços. Inverteu o negócio.⁴⁵

Na citação acima, percebe-se que, além de recorrer à Justiça, os proprietários da Fazenda Mesquita usaram jagunços para terem suas terras desocupadas.

Conforme Colodel, nas regiões onde surgiram questões referentes à disputa de terras, era comum a presença de elementos contratados para tentar resolver alguns problemas usando da força e da brutalidade. Na terminologia nacional, essas pessoas são até hoje conhecidas como “jagunços” ou “pistoleiros”. Estes eram e ainda são utilizados nas frentes de ocupação e colonização agrária⁴⁶.

44 A Fazenda Mesquita está localizada dentro dos domínios territoriais do Município de Diamante do Oeste. Este se limita, com São José das Palmeiras em sua grande parte com o Baixadão, por isso as histórias principalmente de conflitos pela posse e propriedade da terra se assemelham.

45 MARCOLIN, Rineo Elso. Entrevista gravada, in Colodel, José Augusto. Matelândia: História & Contexto. Ed. Assoeste, Cascavel 1992 (p. 195).

46 COLODEL, José Augusto. Matelândia: História & Contexto. Prefeitura Municipal de Matelândia. Cascavel; ASSOESTE, 1992.

Para Colodel, o Oeste e Sudoeste paranaense foram marcados profundamente pela atuação desses indivíduos, acobertados pelos grandes proprietários de terras ou mesmo por companhias imobiliárias. As décadas de 1950, 1960 até meados de 1970, constituíram-se em períodos de grande agitação e repletos de crimes praticados pela “jagunçada”⁴⁷.

*Para garantir o domínio pleno, mesmo ilegal de áreas já ocupadas, utilizava-se desses jagunços que tinham como função defender a propriedade, e a chegada destes fazia surgir certo clima de insegurança e desconfiança, pois todos desconfiavam de todos, e as pessoas que aqui viviam e vivem até pouco tempo não falavam sobre o assunto com medo de represálias*⁴⁸.

Em São José das Palmeiras houve locais onde ocorreram mortes, até mesmo de pessoas alheias as questões da posse da terra. “M. C. em depoimento informal disse que seu marido foi confundido com pistoleiro e acabou perdendo a vida em uma tocaia”⁴⁹. Outras pessoas ainda não sentem seguras para relatar a experiência vivida na época e outras, quando falam, receosas, pedem para não ser identificadas.

Em entrevista, Otacílio Moisés declarou que:

Aquilo ali era complicado, aquilo ali era jagunçada porque hoje, hoje é diferente, naquele tempo o povo brigava por causa das terras, para querer terras, brigavam se matavam e pintavam as canecas por causa das terras. Uma vez nós fizemos uma festa na igreja e chegou um pistoleiro lá, eu vou te falar uma coisa foi meio complicado (...), acho que o pistoleiro foi atrás de alguém e a pessoa não estava na

47 Idem.

48 Ibidem.

49 Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva, coordenadora do Projeto Memórias e História em abril de 2011.

festa. Só uma vez lá na Linha Gorete teve uma emboscada lá morreu 22 pessoas sendo 18 jagunços e 4 posseiros (...), a turma do Mesquita queria tomar as terras do de cá e vinham com um trator esteira para abrir uma estrada os posseiros pegaram eles atravessando o rio (...), os corpos destas pessoas que morreram durante essa emboscada estão até hoje lá enterrados, veio uma esteira dos Mesquitas e cavou um buraco e tacou todos lá dentro.⁵⁰

Ressalta Silva que após a morte, o corpo do desafeto era atirado no leito do rio Corvo Branco. (Nome dado ao rio São Francisco Falso ao adentrar nos limites geográficos de Diamante do Oeste e São José das Palmeiras pelo fato de corvos (urubus) consumirem os restos mortais de pessoas e animais⁵¹).

A professora Isabel Oliveira de Melo detalha os momentos de terror e medo que passou junto à família, quando era criança⁵²:

Lembro que dentro da minha casa as pessoas estavam sempre próximas a um revólver, e que em certo período do conflito minha mãe passava noites inteiras em claro auxiliando na garantia de segurança para a família. Ao anoitecer ninguém se arriscava sair de casa ou chegar à casa de um vizinho, com medo de ser confundido com um pistoleiro. Um domingo um de meus irmãos estava voltando da casa da namorada e sentou-se no mourão da cerca próximo a casa, e só não morreu porque minha mãe Maria Calotildes

50 GONÇALVES, Otacilio Moisés. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga em novembro de 2011.

51 SILVA, Zoraide Ferreira da. O Processo de Emancipação Político-administrativa do Município de São José das Palmeiras. Monografia apresentada para conclusão do Curso de História. UNIOESTE, 1994. Marechal Cândido Rondon. PR.

52 MELO. Isabel Oliveira de. É filha de Antonio Correia, morador do Baixadão na década de 1970. Atualmente é professora da rede municipal de educação de São José das Palmeiras. Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva em julho de 2010.

o reconheceu e gritou para a pessoa que ajudava na segurança da família que se tratava de seu filho e não de um jagunço.

FAZENDA SÃO JOÃO

Por meio de entrevistas conheceu-se a história e o processo de ocupação da Fazenda São João, localizada na direção oeste de São José saída para Santa Helena. Essa história é contada por duas vertentes, ou seja, uma pela visão dos trabalhadores arrendatários e a outra por pessoas representantes do fazendeiro.

Ambos os depoentes confirmam que a fazenda era de propriedade de Alberto Pierrard, francês naturalizado brasileiro residente na época em Assis Chateaubriand, Paraná.

Segundo o depoente A⁵³, a fazenda de cerca de 340 a 345 alqueires da gleba 2, Colônia B, Santa Helena e Sol de Maio, foi adquirida através de economias e da venda de propriedades que o casal possuía. Na época o senhor Alberto era comerciante e sua esposa, dona Suzana, era professora do Estado.

Ao adquirir esta propriedade, o desejo de Alberto Pierrard era construir uma fazenda modelo e arrendou parte da área para o cultivo da hortelã. Segundo o depoente A, Alberto Pierrard “era um patrão que zelava bem dos empregados, dos funcionários. Que nem aquele é muito poucos que fazem...”.

Percebeu-se que as questões conflituosas se deram como forma de conquistar o direito a posse da terra. Esses problemas iniciaram a partir de 1985, quase vinte anos após a ocupação da propriedade. O depoente A relatou o seguinte:

No início a fazenda era tipo normal, o pessoal era arrendatário, o pessoal plantava, colhia, pagavam a porcentagem.

53 Para preservar as pessoas envolvidas neste conflito, os depoentes serão identificados ao longo do texto como depoente A e depoente B.

Quem era meeiro, quem era porcenteiro, pagava a metade, a meia e foi indo, foi indo e entrou aquela época em que “alguém de fora”⁵⁴ incentivou o pessoal a fazer a invasão e aconteceu...

O entrevistado A relatou que viveu momentos de medo e de insegurança:

Até inclusive no dia da invasão eu saí pra prepara uma terra lá nos fundos da fazenda eu e o tratorista (...) eu lembro que encontrei alguém que não adianta eu citar quem (...) já se levantaram (...) o tratorista e o trator ficou preso lá. (...). Voltando para casa eu saí trilha aí quando desceu uma turma de mais ou menos 15 (...) depois desceu outros 15 todos eles falando palavra desagradável. Ixi! nós pegava ele que tá tomando conta aqui, nós mata, nós amarra, nós faz o que nós puder fazer.

Segundo o depoente acima, quando Alberto Pierrard soube do levante dos trabalhadores procurou negociar através da justiça.

O depoente B, que chegou à região em 1973 para trabalhar na lavoura da hortelã, mencionou que na época trabalhava com o tio, que possuía contrato de usufruto de uma área de 53 alqueires. O tio arrendava pedaços da terra para outros trabalhadores que passavam a morar na propriedade. Um determinado dia o fazendeiro chegou ao tio do depoente B, que era o responsável pelos demais empregados da fazenda e disse que queria que os arrendatários deixassem a fazenda⁵⁵. Houve re-

54 Quando se refere “alguém de fora”, o entrevistado está se referindo a Pastoral da Terra, que esteve ligada diretamente na organização dos arrendatários.

55 Segundo o depoente B, o tio ao tomar conhecimento da decisão do Senhor Alberto Pierrard, resolveu ir à Santa Helena, consultar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e lá ficou sabendo que a área seria desapropriada pelo fato de pertencer a União e o fazendeiro tinha somente documentos que lhe garantia o direito à exploração dessas terras. O que subentende é que essa informação fez os posseiros sentirem mais seguros em seus ideais de ocupação das terras da Fazenda São João.

sistência pelos trabalhadores, pois não achavam justo deixarem a terra da qual tiravam o sustento da família.

Ao ser questionado em entrevista, o depoente B disse que o movimento foi pacífico e não faziam uso de armas de fogo. Mas afirmou que sempre estavam de posse de enxadas, foices e facões, que segundo o mesmo eram apenas instrumentos de trabalho. “Não tamo em guerra, então nossas ferramenta de trabalho serve para roçar soqueira de argodão, serve pra cortá os mato (...), mas não era ferramenta pra corta ninguém.”

De acordo com o entrevistado B, após muitas negociações com intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outros órgãos como: Sindicato Rural e Pastoral da Terra, a área em questão foi dividida de acordo com o “interesse” de cada família. Houve família que recebeu dez alqueires de terras, enquanto outras receberam dois ou três alqueires conforme a quantidade que já fazia uso.

Segundo o depoente A, Alberto Pierrard recebeu indenização da área desapropriada e dividida entre os posseiros. Porém ainda há 80 alqueires em trâmite na justiça aguardando o pagamento por definição judicial e o valor deverá ser pago à dona Suzana, viúva do proprietário.

O depoente B afirmou que a proposta feita pelo governo por intermédio do INCRA aos novos proprietários era de que as terras divididas não deveriam ser vendidas dentro de no mínimo dez anos. Poucos meses após conseguir o contrato de posse das terras, as pessoas começaram a vendê-las, justificando a falta de recursos para investir na propriedade e garantir a sobrevivência da família. Essas foram algumas das situações que colaboraram para que muitos dos assentados vendessem suas terras e deslocassem para os centros urbanos.

Ao ser questionado sobre a divisão das terras desapropriadas na Fazenda São João, o entrevistado B relatou:

Aí ficou a divisão. Quem tava ali com uma quantia de terra foi medida a área. Então muito que tinha um pedacinho

ficou com um pedacinho (...), a gente não podia ponha divisa pra ninguém (...). Daí o cara veio aqui e falou: - Vamo ponha uma divisa aqui, ponho a divisa dele (...). E essa piramba aí, o que vou fazer? – Criar boi, cabrito. E nós não tem recurso...

Segundo o depoente B os novos proprietários após receber a documentação não respeitaram as orientações do INCRA⁵⁶. Em entrevista recordou:

Essa era a proposta. Então 10 anos não podiam vender, mas os caras ponharam na cabeça que tinha que vende e que era conversa. Uns venderam antes dos 10 anos e outros venderam depois. Só que foi uma pena porque comprou uma casa em São José e não sei o que e tal (...). Eles venderam a terra que podia ficar para os netos, bisnetos e tataranetos.

Atualmente restam menos de dez famílias nas terras divididas e a maioria é de aposentados. Alguns agricultores optaram pela diversificação da lavoura e outros para a formação de pastagens e criação de gado bovino.

56 TÍTULO DE PROPRIEDADE SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA. Processo administrativo nº. 16128 00394 93. LEI nº. 4504/64 e DEC. 087256, de 07/06/82. Outorgante: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. 12 /12/1992. Segundo Alceu Fleck funcionário do Sindicato Rural de São José das Palmeiras, a grande maioria dos proprietários de terra da Fazenda São João não tem a documentação definitiva, ou seja, a escritura das terras.

ATIVIDADES AGRÍCOLAS: A HORTELÃ

Ao analisar os depoimentos de Geraldo Neves, João Surian, Sérgio Guedes e outros entende-se que as primeiras pessoas que adquiriram terras nesta localidade tinham o interesse no cultivo do café, devido o tipo de solo e experiências adquiridas anteriormente na região norte do Estado. No entanto por meio de entrevistas e registros fotográficos constatou-se, que a primeira cultura desenvolvida na área territorial do atual município de São José das Palmeiras, foi a hortelã e não o café.

A hortelã estava sendo amplamente cultivada na região oeste paranaense nas décadas de 1960 e 1970. Neste período o produto era exportado e tinha preço atrativo e comercialização garantida. Isso fez com que a atividade ocupasse parte dos terrenos baixos, onde não era viável o cultivo do café, devido à ocorrência de geadas nos períodos de inverno.

Segundo Brilho⁵⁷, por volta de 1925, a menta foi trazida para o Brasil por colonizadores japoneses, sendo primeiramente cultivada na região de Presidente Prudente, no estado de São Paulo e posteriormente no Paraná.

A hortelã⁵⁸ começou a ser cultivada no Paraná na região do Vale do Paranapanema, desde 1953. Gradativamente passou a ser cultivada na região dos vales do Rio Ivaí e Piquiri. Anos mais tarde atingiu o oeste paranaense.

De acordo com dados do IPARDES, no início da década de 1970, o Brasil foi um dos maiores produtores mundiais de menta chegando a contribuir com 82% da produção total. No Paraná a melhor produção ocorreu na metade da década de 1970, mais precisamente em 1973/74.

57 BRILHO, R. C. a cultura da hortelã pimenta – Manual Técnico do Engenheiro Agrônomo. Instituto agrônomo de Campinas São Paulo, Campinas – SP. 1963, p.13. Disponível: <http://www.Google.Com.br/search?hl=PT-Br&q=menta+japonesa+ou+hortelã+pimenta.windex.htm>. Acesso dia 15 de maio de 2012.

58 A HORTELÃ, ou menta é uma planta aromática de origem asiática (Ceilão, Índia) destinada à produção de óleo. Segundo pesquisa o mentol é empregado nas indústrias alimentícias e farmacêuticas, sendo que o óleo era exportado para os Estados Unidos. In: Carniel, 2002.

Otacílio Moisés visitou uma fábrica de processamento do óleo de menta em Apucarana e relatou sua experiência:

Ah! Com o óleo é feito muita coisa, mas primeiro ele vai numa fábrica e faz um cristal, umas pedrinhas dele parecendo um gelo, né?! E aquilo vai pro exterior pra tudo quanto é lado (...), é, eles congelavam aquela coisa lá, o óleo não sumia, bom quer dizer um pouco some aquilo é um cheiro tão infeliz dentro da fábrica que eu não agüentei ficar lá dentro...⁵⁹.

Em São José o processo de cultivo da hortelã foi idêntico ao modelo praticado em outras regiões brasileiras. Isso está exposto no depoimento de Otacílio Moisés. Veja:

A hortelã durou de quatro a cinco anos, no primeiro ano, a turma já planto quase tudo de hortelã (...), têm umas que durou mais um pouco, e outra só quatro anos. É que a terra fica muito limpa né? Acabo o esterco da terra, aí as plantas começaram a morrer (...). Se por acaso tivesse adubo e pusesse tudo bem, mas ninguém ia atrás disso. Ia atrás de uma terra nova e plantava mais.⁶⁰

Para a realização das atividades na lavoura era necessário o emprego de um grande contingente de mão de obra, pois do plantio à colheita todo o trabalho era realizado manualmente.

Segundo Alcides Stofalete, os trabalhadores eram meeiros, arrendatários ou diaristas e residiam na propriedade onde prestavam serviços. O meeiro era o trabalhador que recebia uma área de terra para cultivar, e participava com sua força de trabalho e o proprietário detinha os meios de produção tais como: a terra, o alambique, o caminhão ou a carroça e o acesso

59 GONÇALVES, Otacílio Moisés. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga e Zoraide F. da Silva, em novembro de 2011.

60 Idem.

FIGURA 08 – Trabalhadores na lavoura de hortelã



Homens e mulheres trabalhando na lavoura da hortelã. Aos fundos mata e derrubadas recentes.

Procedência: Família Novais - Baixadão -1971.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.

facilitado ao crédito nas casas comerciais de compra e venda dos produtos agrícolas.

Geraldo Moreira recorda que no período da hortelã havia muitos trabalhadores residindo nas propriedades agrícolas: “cada família tocava em média uma quarta⁶¹ de hortelã, na colheita um ajudava o outro para colher mais depressa, porque o alambique atendia muitos agricultores”.

Quando a lavoura estava no ponto de ser cortada, usavam-se enxadas ou alfanjes. A rama era juntada com rastelos ou forcas e colocada em carroças ou caminhões que a levava para os alambiques, onde era processada e extraído o óleo.

A depoente Luzia Biassuto recorda que o corte ou colheita da hortelã era realizado a cada três ou quatro meses. Geral-

61 Um alqueire paulista equivale a 24.200 m²; uma quarta é igual a 6.050 m².

mente as colheitas aconteciam nos meses de novembro a janeiro, abril a maio e julho a agosto e era preciso o emprego de várias pessoas.

De acordo com informações de antigos moradores, só na região do Baixadão havia seis alambiques que davam suporte aos agricultores de várias localidades do município. Para a extração do óleo, o proprietário do alambique cobrava uma porcentagem do produto destilado, o mesmo acontecia na máquina de arroz e café.

A hortelã com a produção rentável⁶² proporcionou desenvolvimento social e impulsionou a economia local. Atraídos pela cultura da hortelã, constantemente chegavam novos moradores em São José.

Em entrevista Otacílio Moisés expôs:

Vim pra cá em 1969 para olhar o sítio e comprar; agora, mudar, eu mudei em 1970. Em São Pedro do Ivaí eu já plantava hortelã por isso eu tinha um alambique. Ixi! Nós alambicamos óleo adoidado. Olha, tinha essas terras aqui na Estrada São Caetano, ali tinha muita gente. Eu falava que era uma ardeinha porque tinha uma indiarada ali (risos). Era umas vinte casas num trecho assim, aí tinha gente pra caramba! O povo naquele tempo pegava empreita assim por três anos, por quatro anos. Veio muita gente pra trabalhar assim. Olha, daquele povo da Estrada São Caetano só tem uma família. Era uma comunidade grande né? Aí o povo foi embora, agora é tudo pasto.⁶³

“Didi” recorda que no período da colheita da hortelã era comum o sitiante receber compradores de óleo diretamente na propriedade, e geralmente o produto era pago à vista. O óleo

62 A colheita acontecia quando o produto estava florido. Então a planta era cortada rente ao chão, evitando-se cortar o mato. Para produzir um quilo de óleo eram necessários em média cem quilos de rama da hortelã.

63 GONÇALVES, Otacílio Moisés. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga e Zoraide F. da Silva, em novembro de 2011.

também era vendido em casas comerciais localizadas no município, entre elas a Norisch e a Braswey.

Com o fim do cultivo da hortelã, a maioria dos trabalhadores que residia na propriedade teve que desocupar os ranchos e buscar residência no centro urbano de São José das Palmeiras, ou até mesmo em outros municípios.

Com essa mudança, as pessoas antes residentes no campo passaram a viver na área urbana de São José e diariamente se deslocavam para a zona rural a fim de prestarem serviços como boia fria nas lavouras de algodão que, gradativamente, foram ocupando grande parte da área agricultável do município a partir da década de 1980.

Para o recebimento desse contingente populacional antes residente nas propriedades produtivas, o município necessitou de mudanças em sua infraestrutura (habitacional, educação e saúde), sendo necessário o desenvolvimento de projetos e convênios para a construção de casas populares através da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), ampliação de vagas nas escolas e investimentos em saúde e transporte.

Otacílio Moisés expôs que no momento em que o cultivo da hortelã entrava em declínio, iniciava-se o cultivo do algodão e esta atividade absorveu a mão de obra disponível.

Até a década de 1980, não há registro no IBGE sobre o número de habitantes de São José, pelo fato destes estarem incluídos ao município de Santa Helena.

O ALGODÃO

A história econômica do município é marcada por fases em que uma atividade agrícola predominava na maior parte da área agricultável do município. Primeiro foi a hortelã, paralelamente se cultivava o café que levava cerca de quatro a cinco anos para produzir. Portanto, no momento em que a produção de hortelã se enfraquecia o café começava a produzir.

Para Otacílio Moisés e demais depoentes a migração dos antigos trabalhadores rurais só não foi maior devido ao início do cultivo do algodão, que absorveu a mão de obra disponível, fazendo com que parte das pessoas não proprietárias permanesse em São José, prestando serviço na agricultura e dela garantindo a subsistência da família.

De acordo com Cancian, em 1969 o café representava mais de um terço das exportações brasileiras. Em 1975, “a geada negra” atingiu fortemente as lavouras de café em todo o Estado do Paraná. Era o fim de um ciclo⁶⁴.

Gradativamente no oeste do Paraná os agricultores destruíram o que restou dos cafezais e investiram em outras atividades. Sendo que em São José iniciava o cultivo do algodão. No final da década de 1970 e início de 1980 o algodão chegou a ocupar aproximadamente 80% da área total do município⁶⁵.

Para Alcides Stofalete⁶⁶, nestes períodos atraídos pela alta produtividade do algodão e a fácil comercialização muitos agricultores se desinteressaram pelo cultivo de feijão, arroz, milho e mandioca. Em certas propriedades muitos agricultores deixaram até mesmo de criar galinhas, pois estas muitas vezes morriam ao se alimentar de plantas e insetos envenenados com

64 CÂNCIAN. Nadir Aparecida. Cafeicultura paranaense: 1900/1970. Curitiba. Grafiar, 1981.

65 Diagnóstico Municipal. São José das Palmeiras, 1993. Técnico responsável Henri Roger D'Ambrósio.

66 STOFLETE, Alcides chegou a São José em 1970, colocou uma casa comercial de secos e molhados e prestava serviço na lavoura com uma trilhadeira. Foi proprietário de uma cerealista para a compra de cereais e algodão nas décadas de 1980 e 1990.

o constante uso de agrotóxicos na lavoura.

Em entrevista Lourival Faustino⁶⁷ relatou: “naquela época nós plantava só algodão (...), veio a nova tecnologia mudando, facilitando (...), entrou “torda” que é um veneno (...). Esse veneno não deixa produzir nem abóbora, nem pepino (...), quem tem soja e milho ta ralado, porque não vai mais produzir porque o cara utiliza veneno”.

FIGURA 09 – Caminhões carregados de algodão



Todo o algodão produzido no município geralmente era levado para Umuarama, para ser industrializado.

Procedência: Família Novaes - 1983. Arquivos: Projeto Memórias e História

Para o trabalho nesta atividade, novamente houve o emprego do trabalhador volante ou boia fria. Este vivia na área urbana⁶⁸ e trabalhava no campo da semeadura à colheita, pois praticamente toda a tarefa era realizada de forma manual.

67 COSTA, Lourival Faustino da. Agricultor residente na área desapropriada da Fazenda São João desde 1972. Foi um dos líderes do movimento de trabalhadores em prol da divisão das terras.

68 No período do cultivo da hortelã geralmente os prestadores de serviços (diaristas, meeiros e arrendatários) moravam na propriedade produtiva (sítios e fazendas).

No período da colheita do algodão ainda estava escuro e nas ruas da cidade já havia grande movimentação de gente e de caminhões... Tinha boia fria que descia de um caminhão e subia em outro... Era assim, o boia fria ia para quem pagasse mais⁶⁹.

De acordo com Schnorr, o trabalhador boia fria era ocupado durante alguns meses do ano na lavoura do algodão. Nas entressafras muitos desses trabalhadores sentiam-se obrigados a procurar trabalho temporário em lavouras de café em outros estados, principalmente Minas Gerais. Muitas vezes levando toda a família.

Para Iracema Pithan, professora aposentada⁷⁰, esse deslocamento gerava principalmente problemas educacionais, pois algumas crianças em idade escolar nem sempre procuravam as escolas nos locais onde seus pais iam trabalhar e ficavam meses sem frequentar as aulas. Ao retornarem ao local de origem (São José) na metade do segundo semestre não conseguiam acompanhar a turma, reprovavam e isso se tornava uma constante, pois todo ano acontecia a mesma coisa⁷¹.

A cotonicultura foi uma atividade que gerou divisas ao município, foi pensando na produção desta atividade que alguns líderes da comunidade iniciaram o projeto para a emancipação político-administrativa de São José das Palmeiras.⁷²

Segundo José Alves Cabral⁷³, que na época fez parte da comissão pró-emancipação pelo Partido da Frente Liberal (PFL),

69 GONÇALVES, Otacílio Moisés. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga. No dia 16 de novembro de 2011.

70 PITHAN, Iracema. Professora aposentada do município de São José das Palmeiras. Em entrevista a Zoraide F. da Silva, no dia 23 de janeiro de 2012.

71 Idem anterior.

72 STOFLETE, Alcides. NUNES, Maria. - De acordo com depoimentos a produtividade do algodão e a geração de renda despertaram nas lideranças políticas o desejo pela emancipação.

73 CABRAL, José Alves. Foi morador de São José na década de 1980 e atuou na área comercial como proprietário de uma cerealista. Teve participação na vida política, sendo vereador na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena e compôs a primeira comissão em prol da emancipação político-administrativa de São José.

no ano de 1983 a produção de algodão no município de Santa Helena foi de 450 a 500 mil arrobas em média e destacou que a maior parte desta produção era do distrito de São José. Este assunto será abordado mais adiante .

FIGURA 10 - Lavoura de algodão



João Surian e um amigo em visita à lavoura de algodão pronta para a colheita. Ano 1986.

Procedência: Família Surian.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Em depoimento, Ademir Zamban⁷⁴, diretor do Departamento de Agricultura do Município, afirmou que o cultivo do algodão entrou em declínio em decorrência de vários fatores, entre eles estão a desvalorização comercial e o endividamento precoce dos agricultores, devido aos financiamentos bancários.

Conforme Schnorr⁷⁵, os pequenos proprietários costumavam vender a sua produção no início da safra aos intermediários (cerealista), através de um contrato referente a uma parce-

74 ZAMBAN. Ademir, diretor do Departamento de Agricultura do Município de São José das Palmeiras em entrevista a Zoraide F. da Silva. Outubro de 2011.

75 SCHNORR, Pedro Luiz. A concentração e posse da terra, o processo migratório e o cotidiano dos "boias fria" no município de São José das Palmeiras. Monografia de Pós Graduação. UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon – Paraná. 2000.

la da produção que ainda ia ser colhida (vender na folha), pelo preço do dia, e o restante da produção receberia pelo preço vigente no dia da entrega. Ao “vender na folha”, o pequeno proprietário recebia uma parte do dinheiro. Mas o restante só lhe seria entregue, em parcelas no espaço de 60 a 90 dias.

A monocultura do algodão esta levando os agricultores a uma dependência crônica do crédito rural em cerealistas e cooperativas. O “crédito rural nem sempre cumpre o proposto e nem mesmo a necessidade do produtor...”. “As fontes de informações em nível de propriedade são geralmente, de vizinhos, cerealistas e comerciantes que levavam o agricultor a tomar decisões que nem sempre eram as mais indicadas para as suas necessidades e de sua propriedade”.⁷⁶

A ATUAL SITUAÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO

Consta no Boletim “Perfil da Realidade Agrícola Municipal”⁷⁷ que com a diminuição gradativa da área cultivada com algodão, houve a ampliação das áreas destinadas ao cultivo de outros produtos como: mandioca (820 ha.), fumo (118 ha.), feijão (70 ha.), milho (2.580 ha.), soja (2.000 ha.).

O trigo, o milho e a soja geralmente são cultivados nas áreas mais planas, para facilitar o uso de máquinas: tratores e ceifadeiras que realizam os trabalhos em grandes áreas com menos tempo e menores gastos. Para o cultivo da mandioca e fumo ainda é utilizado o trabalhador braçal, mas no período da colheita os proprietários encontram dificuldades em conseguir essa mão de obra.

76 FERREIRA, Ogair. - Diagnóstico Municipal de São José das Palmeiras -1988.

77 Documento elaborado pela EMATER e Secretaria de Agricultura com base em dados do IBGE.

Verifica-se que as áreas compostas por terrenos com morros foram destinadas à formação de pastagens para a criação de gado. Outros investiram em granjas e aviários em parceria com as empresas da região como, Sadia e Copagril.

Nas últimas décadas, o que tem se observado é uma crescente mudança na estrutura fundiária do município de São José das Palmeiras.

Segundo dados levantados por técnicos da EMATER e ainda do Plano Decenal de Educação para Todos (1993), a área destinada a pastagens já está atingindo 50% da área total do município.⁷⁸

Joézio M. de Oliveira nasceu em Minas Gerais e cresceu em Ouro Verde do Oeste. Em 2004 veio para São José e comprou uma chácara de 03 alqueires, localizada na Estrada São Caetano e iniciou a criação de gado.

Em depoimento informal revelou que com 13 vacas produz em média 3.300 litros de leite mensalmente.

O leite é vendido para um laticínio de Marechal Cândido Rondon que recolhe o produto a cada dois dias. Joézio relatou que se suas terras estivessem ocupadas com a agricultura, não conseguiria sobreviver, pois a renda mensal não seria a metade do que consegue com o gado leiteiro.

Para isso fez alguns investimentos para a melhora e qualidade do leite, mas o preço pago pelo litro do produto ainda não é satisfatório aos produtores.

Todo o trabalho é realizado pela família. A silagem que usa para a alimentação do gado é produzida na própria propriedade o que colabora para melhores rendimentos no orçamento familiar.

A perspectiva de técnicos agrícolas que atuam no campo é de que dentro de alguns anos a área agricultável do município

78 O Plano Decenal de Educação Para Todos é um documento elaborado por uma equipe de dirigentes municipais entre eles os do setor da Educação, Saúde, Agricultura e Planejamento. São metas a serem cumpridas para o desenvolvimento e bem estar social.

fique em torno de 35% da área total.⁷⁹

Ademir Zamban em depoimento relatou que a grande migração que ocorreu no Município de São José das Palmeiras está relacionada às políticas agrícolas praticadas no Brasil. Portanto, sem condições de sobreviver na pequena propriedade, os agricultores acabaram vendendo suas terras.

Para o técnico da EMATER, Devanir Brigantini essa migração teve outros fatores agravantes, como falta de alternativas para os pequenos e médios proprietários e em contrapartida a falta de indústrias que absorvessem essa mão de obra excedente no campo.

Segundo esses técnicos, atualmente a atividade agrícola no município é diversificada e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e EMATER buscam apoio junto aos governos municipal, estadual e federal em parceria com a Itaipu Binacional, para garantir a permanência dos agricultores na área rural.

Zamban afirma que houve investimentos e adoção de tecnologias para obter melhores resultados no desenvolvimento das atividades diversificadas. Para isso houve a capacitação dos produtores rurais com cursos de treinamentos, nas áreas de produção orgânica, manejo e conservação do solo e dos recursos hídricos.

De acordo com Ademir Zamban, o município em parceria com o Estado realiza a distribuição de sementes e insumos aos pequenos produtores rurais na intenção de aumentar a qualidade e a produtividade agrícola.

Para auxiliar os agricultores, o município conta com maquinários para a realização de algumas atividades no campo tais como: a produção de silagem e construção de açudes para o gado.

Outra proposta do Governo Municipal em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e EMATER é a implantação da fruticultura nas pequenas propriedades, ativi-

79 Idem.

dade que incentiva o aproveitamento de frutas e legumes em conservas e compotas de forma artesanais.

Há paralelamente o incentivo à criação de gado leiteiro, pois esta atividade gera uma renda mensal (cheque do leite) e desta, a família poderá garantir sua sobrevivência.

Segundo Quirino Kesler, chefe do setor de Meio Ambiente, outra ação aplicada no campo que auxilia a subsistência do pequeno produtor é o “Programa Compra Direta”, onde o estado adquire da agricultura familiar, produtos como pães, bolachas, frutas, leite, queijos, carne, entre outros.

Os produtos adquiridos por meio do programa do governo federal são direcionados às escolas, melhorando assim a qualidade da alimentação escolar, por conseguinte, a aquisição também estimula o agricultor a investir e a permanecer na propriedade rural.

CONCENTRAÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA E O PROCESSO MIGRATÓRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

A tabela abaixo é um demonstrativo do número de habitantes do município de São José das Palmeiras, da emancipação até o último censo.

TABELA 03 – População do Município

População	1985	1991	1996	2010
	Habitantes	Habitantes	Habitantes	Habitantes
Rural	9.980	3.244	2.384	1.419
Urbana	3.280	2.356	2.068	2.412
Total	13.260	5.600	4.452	3.831

Fonte: Censo Demográfico (IBGE – IPARDES)

Observando os dados na tabela acima, percebe-se que na década de 1980 residiam no município 13.260 pessoas; destas, cerca de 9.980 viviam na zona rural empregadas em atividades agrícolas tais como: algodão, milho, feijão, mamona e outros.

Com base nas pesquisas do IBGE, realizadas em 1996 e 2010, observa-se significativa redução da população do município de São José das Palmeiras. Houve a diminuição do número de pessoas, que antes viviam no campo na década de 1980 e o crescimento dos que passaram a viver na cidade.

Muitas dessas pessoas começaram a trabalhar em municípios vizinhos, mas continuaram residindo no município por certo período. No decorrer dos anos percebe-se que mesmo com o surgimento de oportunidades de trabalho e de transporte para as empresas circunvizinhas como a Sadia em Toledo e a Copagril em Marechal Cândido Rondon⁸⁰, houve a diminuição

80 Diariamente saem de São José das Palmeiras vários ônibus para Toledo e Marechal Cândido Rondon que transportam pessoas para trabalhar em empresas como Sadia, Fiasul, Prati Donaduzzi e Copagril.

da população, pois muitas famílias vão para outras cidades, já que o deslocamento diário ao trabalho nos municípios antes mencionados se torna cansativo e dependendo do horário de trabalho diminui o tempo de convívio com a família.

Essa mudança no perfil populacional de São José das Palmeiras é consequência das mudanças ocorridas nas políticas agrícolas. Um exemplo foi o cultivo do algodão o qual exigia grandes investimentos, e no momento da comercialização os preços pagos não eram compensatórios. Além dos baixos preços a lavoura era atacada por pragas que se tornavam cada vez mais resistente aos produtos químicos utilizados, o que onerava o agricultor⁸¹.

Os financiamentos bancários oferecidos aos agricultores fizeram com que muitos vendessem a propriedade para pagar as dívidas, iniciando assim a saída do pequeno e médio proprietário do campo. A respeito dessa situação, Otacílio Moisés lembrou que:

Fiz empréstimo no banco. O juro era muito caro e só tirava o dinheiro se levasse avalistas. Às vezes hipotecava as terras e dava como garantia a escritura. Vixi Maria! O banco tomou bastante terra de pessoas que não conseguiu pagar a dívida. Outros vendeu as terras para pagar e acabaram indo embora pra cidade, outros passou a ser empregado no sítio e outros foi embora pro Mato Grosso.⁸²

Outro fator que contribuiu para a migração e o esvaziamento do campo em São José foi o surgimento de propagandas de terras do Mato Grosso e Rondônia, feitas pelas empresas Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) e Salto da Alegria Empreendimentos Imobiliários Ltda. (SAEMIL), que

81 SCHNORR, Pedro Luiz. A concentração e posse da terra, o processo migratório e o cotidiano dos “boias frias” no município de São José das Palmeiras. Monografia de Pós Graduação. UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon – Paraná. 2000.

82 GONÇALVES, Otacílio Moisés. Entrevista concedida a Alexandra Marafra e Zoraide F. da Silva, em novembro de 2011.

FIGURA 11 – Propaganda da Terra do Mato Grosso -1980

S A E M I L

Salto da Alegria Empreendimentos Imob. Ltda.

Inscrição no Cgo-ml: 15.007.669/0001-82 — Inscrição Estadual: 13.116.544/5

CRESCI: 642

Gleba Rossetto

Localização:

- Salto da Alegria
- Município de Paranatinga - Mato Grosso do Norte.
- A Gleba situa-se entre dois rios Batovi e Jatobá, com uma média de 20 Km. entre um rio e outro.

Proprietário:

- Sr. Adelke Rossetto - Residente em Catanduva, S.P. fone: 22.38.08 - Sr. Gerente: Lacy Hermínio da Silva, Cascavel, Pr. Fone: 23.73.97.

REPRESENTANTES:

- Silvestre Michels, Rua José Bonifácio, Missal, fone PS- Missal
- Olavo Grassmann, São José do Oeste, S.H. fone PS São José.
- Antonio Genésio de Paiva, Cascavel, Pr. Fone: 23 7397
- Orlando Pilz, Itapiranga, S.C. Fone 77 0153

Documentação:

- O proprietário possui ESCRITURA DEFINITIVA a partir do ano de 1.961 e 1.963

Tipo de solo:

- Terra vermelha, preta e pouca mista, madeira de lei das mais diversas qualidades, plana e sem pedras.

Cond. de venda:

- A VISTA: Cr\$ 15.000,00 o alq. ou Cr\$ 150.000,00 a colônia de 24,20 ha.
- A PRASO: Cr\$ 22.000,00 o alq. ou seja Cr\$ 220.000,00 a colônia de 24,20 ha considerando-se 50% de entrada, e 50% com prazo de 01 ano

Area Mínima

- Uma (1) colônia ou seja 24,20 ha,

Chacaras

- Todas do mesmo tamanho, 2,00 alqueires.

PREÇO A VISTA: Cr\$ 60.000,00
PREÇO A PRASO: Cr\$ 65.000,00 ,considerando-se 50% de entrada e o restante em 01 ano sem juros.
 Sujeito a alterar de preço sem aviso prévio,

Produção do solo:

- Produz milho, feijão, arroz, mandioca, cacau, café, seringueira, mamão, mamona, algodão, abacaxi, banana, laranja, e outras qualidades diversas.

O.B.S.: A melhor terra para formar pastagem, com boas aguadas.

Esses panfletos eram distribuídos na região pelos representantes desta empresa que tinham um escritório em Cascavel. No município o responsável pela divulgação era Olavo Grassmann que residia em São José das Palmeiras.

Fonte: Família Silva Dias.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

sabendo das indenizações recebidas pelos agricultores da região ao Lago de Itaipu vinham constantemente para as áreas desapropriadas, e de posse de fotografias de produtos agrícolas produzidos naquela região, visitavam os prováveis compradores nas residências. Para ter acesso a Santa Helena, por exemplo, passavam por São José e visitavam pessoas que demonstravam interesse⁸³.

Nas propagandas os corretores destacavam o preço das terras, a produtividade, clima e rios. Constantemente caravanas organizadas pelos corretores saíam desta região rumo ao Mato Grosso e Rondônia.

Sérgio Ramil Guedes é filho de descendentes de portugueses e italianos, nasceu no município de Jandaia do Sul, no estado do Paraná. Em 10 de setembro de 1969 veio com seus pais de Dr. Camargo para São José das Palmeiras. O agricultor relatou que ele e a família vieram para este município para cultivar café, atividades que realizaram logo após a derrubada da mata. Segundo ele, a propriedade da família era pequena e logo que se casou necessitou ter seu próprio pedaço de terra. Viu a oportunidade de realização de seus sonhos ao conhecer as terras do Mato Grosso.

Em 1980 ele, a esposa e seus dois filhos pequenos foram para o Mato Grosso e lá permaneceram por sete anos. Em entrevista relatou que:

Foi tudo ilusão, era muito difícil, longe da cidade 200 km não tinha estradas, faltavam recursos médicos, as terras eram fracas e pouco produzia. Tivemos muitas dificuldades. As propagandas eram enganosas, diziam que produziam de tudo. Usavam fotos de madeira grossa, terras boas, milho e arroz. Teve muita gente que foi pra lá e voltaram, outros compravam terras e nunca foram pra lá, como seu

83 GUEDES, Sérgio Ramil. Informações concedidas em entrevista a Zoraide F. da Silva, em fevereiro de 2012.

*Toninho e seu Augusto Neves. Hoje aquelas terras foram todas ocupadas por grileiros. As pessoas não foram por falta de dinheiro, e esperava que lá melhorasse e isso não aconteceu*⁸⁴.

Sérgio Guedes relatou que houve pequeno e médio agricultor do município de São José que, diante da possibilidade de adquirir uma área maior para trabalhar com a família, venderam suas terras, e com o dinheiro adquiriram propriedades no Mato Grosso e Rondônia.

Sem dinheiro para fazer os investimentos necessários e levar a família, as propriedades foram ocupadas por posseiros e os proprietários acabaram perdendo as terras, e em alguns casos até mesmo os investimentos feitos. Abaixo nos relata Antônio F. Dias que viveu essa experiência:

*Cheguei nesta região no ano de 68 quando tudo ainda era mata. Comprei 05 alqueires de terra, onde eu e minha esposa sofremos muito para derrubar o mato e dali tirar o sustento de meus filhos pequenos. Em 1979/80 apelei para o financiamento no Banco, deu um ano ruim com seca e não deu para pagar a dívida. Então vendi a propriedade para pagar a dívida e ir embora para o Mato Grosso. Cheguei a comprar 50 alqueires lá, mas nunca arrumei dinheiro para ir embora e até hoje sou arrendatário e meus filhos todos foram embora para trabalhar de empregados nas cidades de Toledo e São Paulo.*⁸⁵

De acordo com Pedro Schnorr, as terras colocadas à venda no município de São José logo eram compradas por pessoas que queriam aumentar a propriedade, formar pastagens para a

84 GUEDES, Sérgio Ramil. Entrevista concedida a Zoraide Ferreira da Silva, em fevereiro de 2012.

85 DIAS, Antônio F. Entrevista concedida a Zoraide F. da Silva, em outubro de 1994. In monografia de Graduação em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, dezembro de 1994.

criação de gado, e ou para a formação da reserva legal. Diante disso, percebem-se as transformações quanto à concentração fundiária e as formas de uso do solo. Até a década de 1960, o Paraná vinha sendo um estado tradicionalmente absorvedor de mão de obra e, conseqüentemente, de população. Contudo, esta situação se inverte consideravelmente a partir do período em que há intensa mecanização no campo, ocorrendo grande perda da população rural⁸⁶.

O processo de migração do campo teve início com a concentração agrária produtiva e não-produtiva e a progressiva substituição de mão de obra por tecnologias e insumos modernos.

Essas pessoas sem oportunidades de trabalho na área rural dirigiram-se para as cidades, e outros foram em busca de novas frentes agrícolas e se defrontaram com grandes dificuldades, devido à falta de políticas governamentais que visassem

TABELA 04 – Ocupação do Solo

Item	ÁREA (Ha)	ÁREA (Ha)	ÁREA (Ha)
	1985	1999	2010
Lavouras Anuais	11.110	8.730	4.900
Lavouras Permanentes	80	60	124
Matas Naturais (Preservação Permanente)	380	380	1.964
Pastagens Cultivadas	7.600	9.960	8.900
Pastagens Naturais			100
Reflorestamento	80	120	640
TOTAL	19.250	19.250	16.628

**Fonte: EMATER Perfil da Realidade Agrícola Municipal - Município de São José das Palmeiras.
Levantamento realizado em 2010**

86 PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Curitiba, 1993 (Cadernos do Ensino Fundamental).

compensar o movimento de desocupação e ocupação desses novos espaços⁸⁷.

Conforme Schnorr, diante das mudanças ocorridas no campo, com a modernização da agricultura e as políticas agrícolas que reduziram os subsídios ao crédito, os pequenos e médios proprietários do município de São José das Palmeiras foram os mais afetados. Este foi um dos fatores que colaborou para o endividamento e o desinteresse destes pela propriedade.

Por meio de análise de dados referentes às formas de ocupação do solo no município de São José das Palmeiras, percebe-se que em 1985 cerca de 11.100 hectares eram ocupados por culturas anuais (feijão, milho, soja, mandioca e fumo).

Em 2010 a área ocupada por estas atividades foi reduzida e passou a ocupar cerca de 4.900 hectares. Ao analisar a tabela 4 percebe-se que as áreas de pastagens foram pouco inalteradas, enquanto as áreas de matas naturais e reflorestamento tiveram um crescimento significativo.

Para Quirino essa inversão da ocupação do solo e o crescimento da área com cobertura verde esta relacionada ao fato de que grandes proprietários de terras de outros municípios adquiriam determinada área e averbava como reserva legal em cumprimento às leis.

De acordo com os dados da tabela anterior, em 1985 a mata nativa e a área de reflorestamento ocupavam 460 hectares, e em 2010 passou a ocupar 2.604 hectares.

Segundo dados do IPARDES (2006), atualmente há 418 estabelecimentos agrícolas com área de 16.780 hectares. Constata-se que a área agricultável esta sendo cada vez mais reduzida cedendo espaço às pastagens e à formação de reflorestamento. Constan nos dados da Realidade Municipal de 1993, que nos últimos anos houve a redução do número de propriedades com área de 10 a 100 hectares⁸⁸ e o crescimento de propriedades acima de 100 hectares.

87 Idem.

88 Realidade Municipal 1993 - EMATER - São José das Palmeiras. Diagnóstico Municipal de 1988 elaborado pelo técnico Ogair Ferreira.

Segundo pesquisas, as 357 propriedades abrangiam aproximadamente 4.010 hectares, enquanto 16 propriedades de 200 a 500 hectares ocupavam 6.480 hectares da área territorial do município. Esses dados confirmam a concentração e posse da terra.



CAPÍTULO II

A EMANCIPAÇÃO

POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Nos primeiros anos de ocupação a área que compreende o município de São José das Palmeiras, esteve dentro dos limites territoriais de Marechal Cândido Rondon. Em 07 de junho de 1979, sob a lei Nº. 7.159, passou a distrito administrativo de Santa Helena até 1985.

O projeto de emancipação do distrito de São José teve início na década de 1980. A emancipação administrativa de São José ocorreu em 17 de abril de 1985, pela lei Nº. 8.075. A instalação do município e a posse do primeiro prefeito ocorreram em 1º de janeiro de 1986⁸⁹.

AS COMISSÕES EMANCIPACIONISTAS

Para emancipar o distrito foram criadas duas comissões pró-emancipação. A primeira comissão⁹⁰, formada em 1980/81, foi composta por líderes políticos do Partido da Frente Liberal (PFL) e do Partido Democrático Social (PDS)⁹¹ e foi liderada por Valter Vanzella, José Alves Cabral, Valmor Silveira, Antô-

89 LEDUC, Lincoln. Programa Frente Ampla de Notícias. Marechal Cândido Rondon, 17 de dezembro de 1985. Arquivo da Rádio Difusora do Paraná.

90 Dados constantes no Ofício S/N e na Ata de sessão pública de lacramento das urnas utilizadas no plebiscito de 27 de junho de 1982. Consulta plebiscitária à emancipação de São José – Arquivos do Projeto Memórias e História. 2011

91 PDS (Partido Democrático Social) foi extinto em 1985, nascendo então o PFL.

nio Aparecido de Oliveira, Valdomiro Luckmann, Alcindo Damasceno e Pedro Francisco da Silva.

A segunda comissão pró-emancipação que atuou no período de 1984 a 1985 foi composta por pessoas filiadas ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Os membros eram João José Fontes, Ilton Veiga, José Neri das Chagas, Alípio Francisco Salvador, João Surian, Helceu Pacheco, Geraldo Souza Santos e Geraldo Neves.

Segundo dados constantes em atas e projetos de leis, foi a primeira comissão pró-emancipação (PFL) que elaborou os projetos e fez as reuniões e levou ao conhecimento da população a ideia de emancipação do distrito de São José. Os líderes políticos propuseram um abaixo assinado⁹² junto à população para saberem a porcentagem de prós e contra a emancipação. Nessa primeira consulta foi incluída a localidade de Luz Marina, que na época era distrito de Toledo. A intenção era que a referida localidade fosse incorporada ao futuro município de São José das Palmeiras.

Houve a autorização do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para a realização do plebiscito em Luz Marina, por meio da resolução N°. 105/81. Os moradores de São José foram favoráveis a emancipação, mas parte da população de Luz Marina não aceitou desmembrar e contou com o apoio do então prefeito de Toledo, Duílio Genari que enviou um ofício ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado no qual afirmou que:

Os argumentos e as razões dos peticionários, domiciliados eleitoralmente em Luz Marina, lá residentes e proprietários de pequenas propriedades rurais, são de nosso inteiro conhecimento, bem como tem a nossa inteira concordância, até porque cabe à administração municipal manter coeso o território do município. Ainda mais quando a população do distrito toledano de Luz Marina, não vê motivação

92 Estes documentos encontram-se nos arquivos da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras e na sala do Projeto Memórias e História.

alguma em compor com outros territórios um novo município...⁹³.

Outro ponto que gerou discussões entre os líderes políticos de Luz Marina e o presidente da Câmara Municipal de vereadores de Toledo era que as divisas estabelecidas para compor o novo município estavam incorretas, pois agrupavam parte da área territorial do município de Toledo.

(...), entretanto, Senhor presidente, uma rápida e superficial análise da área descrita como pertencente ao município de Santa Helena, leva-nos de pronto à verificação que, intencionalmente ou não, por descuido ou não, por ignorância ou não foi incluída área pertencente ao município de Toledo, (...). Conforme respeitosa letra da lei e de acordo inclusive com as nossas tradições, estamos todos habituados a respeitar as fronteiras municipais entre Toledo e Santa Helena, na divisa deste distrito com o distrito de São José, pertencente ao último município citado, pela linha estabelecida com as águas do Arroio Apepú, em Linha Seca e reta até o seu encontro com as primeiras águas do Arroio Sem Nome, que, como afluente, desemboca no Rio Santa Quitéria (...).⁹⁴

Diante disso, para a realização do plebiscito foi necessária a elaboração de uma emenda (Resolução nº. 03/82), ratificando o limite da área a ser consultada, pois algumas divisas mencionadas estavam dentro dos limites territoriais de Luz Marina distrito de Toledo. No dia do plebiscito foram instaladas urnas na escola municipal e estadual e em cada uma das escolas das

93 OFÍCIO nº 095/82. De 08 de março de 1982. Documento enviado ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado pelo então prefeito de Toledo o senhor Duílio Genari. Arquivos do Projeto Memórias e História.

94 OFÍCIO nº. 027/82 de 09 de março de 1982. Da Câmara Municipal de Toledo – ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. – Deputado João Mansur.

principais localidades do distrito de São José.

No Plebiscito por decisão do Cartório Eleitoral poderiam votar todas as pessoas maiores de dezoito anos que residiam dentro da “área delimitada” para a criação do município de São José. Estavam habilitados a votar 2.829 eleitores e no dia compareceram 2.639 e destes 2.572, ou seja, 98% (noventa e oito por cento) votaram favoráveis à emancipação do distrito.

FIGURA 12 - Ata do Plebiscito

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ
JUIZO ELEITORAL DA 129ª ZONA
ATA FINAL DE APURAÇÃO DA CONSULTA PLEBISCITÁRIA
Nº DE 27 DE JUNHO DE 1982 de 19

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho de ano de 1982 (mil novecentos e oitenta e dois), na sede escolhida para funcionamento da 129ª Junta Eleitoral Apuradora, instalada no Esporte Clube São José, no Distrito Administrativo de São José, Município e Comarca de Santa Helena, Estado do Paraná, sob a presidência do Doutor DAVI JOSÉ ARANTES, Juiz Eleitoral, e como Secretário Geral, João José Fontes, tendo como membros os membros: Egson Alceu Muller, escrivão eleitoral; Emílio Paulo dos Santos, secretário-adjunto; Felix Bombardelli, secretário de primeira turma; Jesus Martin Duran, secretário de segunda turma; Iilton Oliveira Veiga, secretário de terceira turma; Ednêdo Ramigono, secretário de quarta turma; Francisco Angelo, escrutinador; Helsea Gonçalves Pacheco, escrutinador; Maria Nunes de Oliveira, escrutinador; e Amélio Augusto da Silva, escrutinador; Alípio Francisco Salvação, escrutinador; e Maria de Lourdes da Luz, escrutinador; Valdeir da Luz, escrutinador; e Ari Gilson, escrutinador. Presentes também estavam o Senhor Werner Wandarar, Deputado do Estadual, os vereadores José Alves Cabral, digo o vereador José Alves Cabral de Santa Helena e demais pessoas do povo. Encerraram-se as apurações da Consulta Plebiscitária, para a Emancipação do Distrito de São José, às 19:45 - horas, com votos em 16 (seis) seções assim distribuídas: Em São José, 04 seções, e, uma seção em cada escola das seguintes localidades: Gamela, Barra Funda, Coroados, Serrinha, Baixada e São Caetano. O resultado do plebiscito, conforme atas das turmas desta junta apuradora, que fazem parte integrante da presente, foi o seguinte: CIDADÃOS HABILITADOS AO VOTO: 2.829 (Dois mil oitocentos e vinte e nove); TOTAL DE VOTANTES: 2.639 (Dois mil seiscentos e trinta e nove); DEIXARAM DE VOTAR: 190 (Cento e noventa); VOTANTES EM SEPARADO: 02 (dois); VOTOS SIM: 2.572 (Dois mil quinhentos e setenta e dois); VOTOS NÃO: 57 (Cinquenta e sete), e VOTOS NULOS: 10 (Dez). Não houve qualquer impugnação ou recurso. E, para constar eu, (João José Fontes), Secretário Geral, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Doutor Juiz Presidente da Junta, pelo Presidente do Comitê Pró-Emancipação, membros, escrutinadores e demais pessoas presentes. Em São José, Distrito Administrativo do Município e Comarca de Santa Helena, 27 de Junho de 1982.

[Assinaturas e rubricas]

Fonte: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.
Arquivos: Projeto Memórias e História.

A emancipação estava fundamentada na perspectiva da população e das lideranças políticas locais que desejavam o desenvolvimento e progresso do distrito, pois o mesmo na época já contava com boa produção agrícola e preenchia os requisitos necessários para a emancipação política. Estes eram exigidos pela Lei Complementar Federal nº 01 de 1967.

A pesquisa confirmou que o distrito contava com 13.260 habitantes, sendo 3.540 eleitores (neste período os analfabetos não possuíam títulos de eleitor). Possuía 92 estabelecimentos comerciais, uma agência do Banco do Estado, dois postos de combustíveis, um entreposto da Copagril, uma estação rodoviária, dois hospitais, três farmácias, uma unidade sanitária, um dentista e dois médicos. Cinema, escolas com mais de 920 alunos, Colégio de Irmãs e escolas rurais em cada localidade do distrito⁹⁵.

A partir do resultado do plebiscito a comissão sentiu-se apoiada pela população e intensificou os trabalhos com envios de projetos ao legislativo estadual em busca da autonomia político-administrativa.

Até então os “municípios” e a liderança política, através de seus representantes na Câmara Municipal, alegavam que o distrito sempre ficava esquecido pela administração de Santa Helena. Nas reuniões da câmara, os vereadores enfatizavam que o distrito dependia da “boa vontade” do prefeito de Santa Helena para o atendimento à saúde, educação, e principalmente adequação das estradas para o escoamento da lavoura. Um exemplo pode ser verificado no trecho:

Faço apelo ao chefe do executivo para que mande as máquinas para São José, lembrando que em abril o colega Cabral (vereador) pediu essas máquinas e até hoje não foram.

95 PROJETO DE LEI nº.192 /80 - Parecer de Lei Complementar Federal nº. 1, de 09 de novembro de 1967. O qual estabelece os requisitos mínimos para criação de municípios. Comissão de Constituição e Justiça. Assembleia Legislativa de Estado do Paraná. 11 de novembro de 1981.

*No entanto foram trabalhar no município de Missal. Finaliza pedindo ao colega Antoninho que interceda junto ao prefeito para que atenda esses pedidos senão fica parecendo que o prefeito não gosta de São José.*⁹⁶

A questão da manutenção das estradas era debatida constantemente nas reuniões do legislativo. Na ata de sessão do dia 26 de agosto de 1983, o vereador José Neri das Chagas ocupou a tribuna e disse: “O problema das estradas é sério. Todas as estradas de São José estão intransitáveis e o povo nos cobra. Os impostos e as taxas de conservação de estradas estão muito caro...”.

Os emancipacionistas intensificam os trâmites legais e trabalharam com o objetivo de concorrer nas eleições de 15 de novembro de 1982. Mas com a autorização do plebiscito para 27 de junho impossibilitou a oficialização da emancipação e a realização de eleições para prefeito e vereadores já naquele ano. (Ata nº. 622 de 03 de maio de 1982).

A emancipação não ocorreu dentro do prazo previsto o que causou certa frustração tanto para os líderes políticos, quanto à população e o insucesso foi atribuído ao deputado que na época estava à frente dos trabalhos junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o então deputado Werner Wanderer.

Na ata de nº. 654 da Câmara de Vereadores de Santa Helena consta que no dia 05 de abril de 1983, ocupou a tribuna Antônio Aparecido de Oliveira, dizendo que iria fazer alguns esclarecimentos⁹⁷. Ele expôs que:

Eis que ontem ouvimos do colega Neri que o deputado

96 Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena. Ata nº. 11 p. 161, de outubro de 1983.

97 Os conteúdos de atas de reuniões, Boletins da Rádio Difusora e entrevistas foram transcritos respeitando a originalidade (texto original). Estes documentos estão disponíveis nos arquivos do Projeto Memórias e História. Anexo à Secretaria de Educação do município de São José das Palmeiras.

*Werner Wanderer, teria mentido, com relação à luta pela emancipação de São José. Porém, como todos sabem, foi organizada uma comissão pró-emancipação, da qual fazia parte. Essa comissão procedeu à elaboração de todos os documentos necessários, encaminhando-os à Curitiba ao deputado Werner Wanderer que por sua vez protocolou-os nos órgãos competentes, resultado disso, a realização do plebiscito para depois prosseguir na sua tramitação. Pelo que sabe nada falta, ou melhor, falta apenas a assinatura do Sr. Governador José Richa para que tenhamos o nosso município emancipado.*⁹⁸

Logo após o pronunciamento do vereador Antônio Aparecido de Oliveira, quem fez uso da palavra foi José Neri das Chagas, que falou:

*Na solenidade de formatura em São José, o deputado Werner Wanderer declarou que São José já era município, como se nada mais faltasse. Ocorre que essas declarações que ele vinha fazendo há tempos e, no entanto vieram as eleições e não vimos o nosso município emancipado. Ele vem há muito tempo nos enganando.*⁹⁹

Com base em atas de reuniões da Câmara Municipal de Santa Helena, e de alguns boletins do Programa Frente Ampla de Notícias da rádio Difusora, de Marechal Cândido Rondon, constata-se que frequentemente havia discussões a respeito da demora na efetivação da emancipação do distrito de São José.

A partir de 1984, houve a formação de uma nova comissão pró-emancipação liderada por pessoas do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Estes foram em busca de apoio junto à bancada estadual e contou com o apoio

98 Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena. Ata nº. 654, de 5 de abril de 1983.

99 idem

dos deputados Gernote Kirinus, Antônio Belinati, Tércio Albuquerque e Sabino Campos.

Percebeu-se em atas de reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, e depoimentos de João Surian e de outras pessoas envolvidas no processo de emancipação, que a segunda comissão teve mais facilidade de atingir o objetivo, pois os documentos já estavam aprovados, e pelo que se entende necessitava apenas da assinatura do governador do Estado.

Na ação deste último grupo, o que favoreceu foi o fato de o governador ser do PMDB, o mesmo partido dos emancipacionistas. Esse grupo se organizou e viajou para Curitiba.

Veja o que relatou em entrevista João do Surian:

Nós do PMDB organizamos outro grupo e na Semana Santa fomos a Curitiba conversar com o governador José Richa. Na capital fomos recebidos pelo Deputado Gernote Kirinus; caminhamos muito em Curitiba, mas tudo foi fácil... Conseguir a aprovação da emancipação foi muito fácil! Quando já tinha a aprovação para a emancipação político-administrativa fomos ao cartório registrar o então novo município (...), pois era o último prazo para registrar novos municípios e concorrer às eleições. Então já no cartório, houve um imprevisto não podia registrar como São José, pois havia outros no Estado do Paraná e Santa Catarina e num instante sugeri São José das Palmeiras¹⁰⁰, pois desde que cheguei aqui em 1970 eu escrevia cartas para meus parentes usando este nome, não sei quem colocou, me sinto “patrono” de São José das Palmeiras.

Em 18 de abril de 1985, o projeto de lei de emancipação político-administrativa de São José foi desengavetado, votado e aprovado.

100 A LEI nº. 8 121 de 04 de julho de 1985, publicada no Diário Oficial do Estado, altera para São José das Palmeiras, a denominação do Município de São José, criado pela Lei nº. 8075, de 17 de abril de 1985. Palácio do Governo em Curitiba. Governador José Richa. Arquivos do Projeto Memórias e História.

A EMANCIPAÇÃO

Após a assinatura do governador José Richa, sancionando a lei nº. 8075 e a oficialização da emancipação, o deputado Ger-note Kirinus fez um pronunciamento através da Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon, emissora que era bastante ouvida na época neste município, comunicando a oficialização da emancipação e neste momento a população iniciou uma grande comemoração nas ruas da cidade, com fogos e passeatas¹⁰¹.

A emancipação de São José das Palmeiras, como já citado, ocorreu em abril de 1985, mas as eleições municipais e estaduais ocorrem a cada quatro anos e as novas eleições seriam em novembro de 1986¹⁰².

Consta na ata Nº. 730 de reunião da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena com data de vinte de maio de 1985, que a escolha do prefeito e vereadores, ainda no mês de novembro de 1985, só ocorreu pelo fato de que o Tribunal Regional Eleitoral através do decreto Nº. 2183 de 19 de dezembro de 1984 autorizou eleições aos municípios considerados áreas de Segurança Nacional.

Estas áreas, até este período, tinham seus governantes nomeados pelo governador do Estado. Sobre isso falou o vereador Antônio Aparecido de Oliveira:

Antigamente traziam prefeitos de avião e lhes diziam: - Lá embaixo está o município que irá administrar. Pessoas que nem sequer sabiam a localização de Santa Helena, desconheciam sua economia, desconheciam tudo. Mas eram os prefeitos. Hoje graças à nova lei eleitoral pode-

101 LEDUC, Lincoln. Programa Frente Ampla de Notícias. Marechal Cândido Rondon, 18 de abril de 1985. Arquivos da Rádio Difusora do Paraná.

102 Neste período o Brasil estava vivendo o fim do Regime Militar, com a eleição de um candidato civil de forma indireta, por meio de um Colégio Eleitoral. O eleito foi Tancredo de Almeida Neves, que dias antes da posse adoeceu e acabou falecendo. Assumiu a presidência o vice José Sarney. Fonte: www.democrataspr.org.br

*mos escolher um dos homens daqui que conhece a fundo o nosso município.*¹⁰³

Consta em atas e demais documentos oficiais, que na primeira e segunda legislatura os prefeitos eleitos para o executivo municipal eram do PMDB, sendo respectivamente Alípio Francisco Salvador, (1986 a 1988) e João Suriam (1989 a 1992), partido que junto à Câmara do Legislativo Estadual, conseguiu a oficialização da emancipação. Percebeu-se com isso que a população demonstrou, através do voto, o reconhecimento e a aprovação das pessoas que atuaram no processo de emancipação, bem como as propostas de governo desses candidatos.

SÍMBOLOS MUNICIPAIS

Em março de 1988, o então prefeito municipal Alípio Francisco Salvador sancionou o projeto de lei N°. 002/88¹⁰⁴ de criação dos seguintes símbolos municipais: Bandeira Municipal, Brasão de Armas e o Hino Municipal.

O artigo 4º do Projeto informa que a Bandeira do Município de São José das Palmeiras foi idealizada por meio de um concurso pelos alunos do Colégio Estadual São José Ensino Fundamental e Médio¹⁰⁵.

Após a escolha o desenho foi enviado a Curitiba e o Vexilólogo e Heraldista professor Jean Vilanueve fez as devidas mudanças.

A Bandeira tem forma retangular e suas cores são amarelo, azul, marrom e verde.

103 ATA nº. 729 de 13 de maio de 1985. Livro nº. 13. Câmara de Vereadores de Santa Helena – Santa Helena, maio de 1985.

104 Posteriormente Lei Municipal nº. 003/88.

105 Segundo professores do Colégio Estadual, o desenho escolhido foi do aluno João Gregório de Souza Neto.

**FIGURA 13 - Bandeira do município
de São José das Palmeiras**



**Fonte: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.
Arquivos: Projeto Memórias e História.**

De acordo com o Projeto de Lei Nº. 002/88¹⁰⁶, as cores têm os seguintes significados:

O *Amarelo* representa as belezas de nossos trigais, que, em cor dourada e em forma de uma cruz, nos transmite riquezas, juntamente com o milho que significam o alicerce de sustentação do nosso Município, e o trabalho dos nossos munícipes.

O *Azul* representa fundo principal da esfera e os quatro cantos em forma de leque, nos lembram do céu e as divisas do nosso município.

O *Marrom* representa o solo fértil que com sua força de produção supre as necessidades da nossa população.

106 SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS. Dispõem sobre a forma e apresentação dos Símbolos do Município de São José das Palmeiras. Projeto de Lei nº. 002 de 28 de março de 1988. São José das Palmeiras, 28 de março de 1988.

O Verde representa o verde das Palmeiras, representam as matas, os campos e os vegetais cultivados em nosso município.

O projeto de lei também dispõe sobre os símbolos municipais. O Brasão de Armas do município foi produzido pelos alunos do Colégio Estadual São José através de concurso e formatado por Jean Vilanueve.

FIGURA 14 - Brasão de São José das Palmeiras



FONTE: Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.
Arquivos: Projeto Memórias e História.

O Brasão de Armas Municipal tem a seguinte descrição:

“Artigo 6º abaixo da Coroa Mural, destacou-se o centro do Brasão, que, em forma de “U” representa a união existente entre os municípios. No centro do mesmo, localizados uma estrela de cinco pontas, a qual significa “Auto Determinação”, “Guia Seguro” e “Aspirações às Coisas”. No centro dessa estrela, um círculo destacado em alto relevo que representa a força por igualdade que visa um objetivo comum.

Dentro da mesma, temos a figura de bovinos simbolizando a riqueza da pecuária de todas as raças que possuem no território do município, um pouco acima das figuras dos bovinos, temos a figura de pequenas elevações em cor marrom simbolizando vastas áreas de terras férteis, basálticas onduladas, representando as áreas rurais e pastagens ricas existentes no município. Como plantas ornamentais e suporte do Brasão de Armas veem a direita do Brasão um pé de algodão, um dos produtos que traz divisas ao município, bem como, à esquerda vemos um pé de milho, produtos estes, que são o esteio que mais proporcionam divisas aos cofres da municipalidade. Bem abaixo do Brasão de Armas Municipais, o Listel com os algarismos e dizeres “17 de abril de 1985,” data esta, do dia, mês e ano da sua emancipação político-administrativa de São José das Palmeiras”.¹⁰⁷

No Brasão do município de São José das Palmeiras, à direita está representado o algodão, produto de destaque da economia da localidade durante as décadas de 1980 e 1990.

O milho, representado à esquerda do Brasão fez parte das principais atividades agrícolas do município e o que favoreceu o cultivo deste produto foi o tipo de solo e clima favorável. Este produto desde os primórdios faz parte da alimentação tanto de pessoas como de animais e ainda é amplamente cultivado.

HINO MUNICIPAL

O município de São José das Palmeiras teve seu primeiro Hino em 1988, sendo letra e música do professor Eduardo A. Torres Pereira e Araújo, e arranjos de Paulo Sérgio Pereira. Este hino foi substituído por outro, sem justificativa oficial para isso.

Na seção II artigo 12º que dispõe sobre o Hino Municipal

107 Idem.

criado através do mesmo projeto de lei, teve letra e música de Sebastião Lima e José Carlos Pereira.

O Hino enaltece o município e ressalta a forma de composição do mesmo, com planaltos ondulados (morros, vales), extensas áreas de vegetação nativa e pastagens que atualmente fazem parte do cenário local.

A letra do Hino fala que “aqui” os pioneiros plantaram uma “nova civilização”.

Carniel, ao trabalhar a identidade e as peculiaridades do município de São José, frisou que a “nova civilização” está relacionada ao fato de que esta área foi ocupada por pessoas de origem nortista (nordestina). Enquanto parte da região oeste foi colonizada por descendentes de italianos ou alemães.

HINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Letra e música: Sebastião Lima e José Carlos Pereira.

*No planalto, ondulado e verdejante
Pioneiros, de esplêndida visão,
Desbravando a mata agreste, altissonante
Aqui, plantaram, nova civilização,
17 de abril, está na história,
E simboliza, em nosso peito a alegria,
Por ter conquistado, tão grande vitória
Pelo labor pleno de paz e harmonia.*

*São José das Palmeiras, minha terra
Sou teu filho e tenho, orgulho em dizer,
Em meu ser, é grande o amor que se encerra,
Só por ti, rincão querido, hei de viver,
São José, milagroso padroeiro
Abençoe, e proteja este chão
E que neste, recanto brasileiro,
Resplandeçam, o bem querer e união.*

*O algodão, teu ouro branco, que beleza!
E outras riquezas, neste solo colossal,
O seus rios, presentes da natureza,
Irrigando, esta gleba, sem igual,
O teu nome, para sempre, hei de lembrar...
Com ternura e imensa devoção,
São José das Palmeiras, vai ficar...
Eternamente, dentro do meu coração.*

O hino atual¹⁰⁸, na primeira estrofe, ressalta o planalto ondulado e verdejante, características predominantes na composição do aspecto físico da área territorial do município.

Quando fala de “pioneiros” de esplêndida visão, entende-se que as pessoas por conhecerem o tipo de solo (roxo), próprio ao cultivo de diversos produtos agrícolas, sabiam também que era próprio ao cultivo de café, e aos poucos foram chegando novos compradores e moradores para este local e aqui formaram uma nova cidade.

Ao mencionar 17 de abril o autor refere-se à data de emancipação político-administrativa de São José das Palmeiras, que após muito esforço a população conquistou-a. Data esta que faz parte de nossa história.

EDUCAÇÃO

A primeira escola do centro urbano de São José recebeu o nome de Casa Escolar Regente Feijó¹⁰⁹. Foi construída e inaugurada em 15 de março de 1969. Mais tarde o estabelecimento

108 A letra reproduzida acima está de conformidade com o Projeto de Lei nº. 002/88 de 28 de março de 1988. Sancionado pelo então prefeito Municipal Alípio Francisco Salvador. Obs. Percebem-se problemas de pontuação e concordância verbal e nominal.

109 Diário Oficial do dia 14 de fevereiro de 1975 foi publicado a Portaria nº. 283/75 de 05/02/1975 - que remove: ANTÔNIO MARTINS CAMPOS, do Grupo Escolar “Senador Moraes de Barros”, do município de Jussara, Paraná, para a “Casa Escolar Regente Feijó” de Santa Helena.

de ensino passou a denominar-se Grupo Escolar e atualmente chama-se Escola Municipal Regente Feijó Educação Infantil - Ensino Fundamental.

FIGURA 15 - Grupo Escolar Regente Feijó



Grupo Escolar Regente Feijó – 1970. À direita da fotografia, próxima a menina de chapéu vemos a professora Maria Lúcia Geniak, uma das primeiras professoras de São José e atuante na rede estadual de ensino no município.

Procedência: Secretaria Municipal de Educação.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.

Na década de 1970 (tabela 5), com o constante crescimento da população foram construídas escolas em todas as comunidades para atender as crianças em idade escolar, ao mesmo tempo estas construções serviam de locais onde eram realizadas as missas e reuniões comunitárias.

Antes, e até mesmo após a emancipação do município de São José das Palmeiras, ao concluir a quarta série algumas crianças deixavam de estudar devido às dificuldades em deslo-

carem-se ao centro urbano. Muitas crianças matriculadas não iam à escola para ajudar os pais na roça, fator que contribuía para os altos índices de reprovação e abandono escolar.

Consta no Relatório Final¹¹⁰ da Escola Rural Municipal Santa Mariana, localizada na linha de mesmo nome, que no ano de 1979 dos 38 alunos matriculados apenas 08 foram aprovados.

Segundo Alda de Souza Oliveira, na época do cultivo de algodão, as crianças eram as responsáveis pela realização de diversas atividades, como semear, adubar, raleir (eliminar as plantas mais fracas e em excesso) e colher. Isso contribuía para o abandono, reprovações e conseqüentemente a redução do número de alunos nas escolinhas rurais.

Com a constante diminuição da população rural (9.980 em 1985 para 3.244 em 1991), impulsionada pelas mudanças nas relações de trabalho e no modo produtivo, as escolas do interior do município começaram a ser desativadas. (IBGE-IPARDES).

Para efetivar o encerramento das atividades educacionais nessas comunidades foram realizadas reuniões com as famílias. Fátima Matioli Faria recorda que na época houve resistência por parte da comunidade, pois a escola representava um elo, ou seja, era na escola que em dias de reuniões, festas ou outros eventos que pais, vizinhos, amigos, autoridades políticas e religiosas se encontravam e conversavam sobre assuntos diversos.

Por outro lado, o poder público, representado pela Secretaria Municipal de Educação, alegava a inviabilidade de manter as escolas rurais diante do reduzido número de alunos e argumentava que a centralização, ou seja, o transporte dos alu-

110 RELATÓRIO FINAL. Neste documento há o registro do número de crianças matriculadas na escola no início do ano letivo e traz informações como número de aprovados e reprovados no final do ano. Analisando esses relatórios de escolas do interior do município nas décadas de 1970 e 1980 percebeu-se um alto índice de reprovação, sabe-se que as turmas eram multisseriadas e as crianças deixavam de ir à escola para auxiliar os pais na roça, o que interferia no desenvolvimento e colaborava para o fracasso escolar.

nos para a escola do centro urbano traria melhora na qualidade do ensino.¹¹¹

Segundo a professora Sirlei de Oliveira Lorscheider¹¹², na época secretária Municipal de Educação (1993), além do reduzido número de alunos o município foi orientado pela Secretaria de Educação do Estado a centralizar o ensino e terminar com as salas multisseriadas. Em contrapartida os governos estadual e federal prometiam disponibilizar recursos para o transporte escolar.

De acordo com os documentos como atas e ofícios preservados pela Secretaria Municipal de Educação, a maioria das escolas rurais municipais foi desativada provisoriamente nos finais de 1992/93 e a cessação definitiva ocorreu em 2003.

No texto de justificativa para o encerramento das atividades educacionais das escolas rurais, a secretária de educação da época (2003), Eli Inês D'Agostini expôs o seguinte:

O Município de São José das Palmeiras há alguns anos atrás apresentava um patamar bastante diferente dos dias atuais, pois nossa comunidade era composta de pequenas propriedades, onde os agricultores plantavam para a sua subsistência, tendo seus filhos estudando na Escola mais próxima e frequentando as atividades locais. Hoje, no entanto esse perfil já não é o mesmo, pois houve uma grande evasão desses pequenos proprietários e outros que residem próximos ao nosso Município, refletindo assim a diminuição do número de matrículas das Escolas Rurais. Justifica-se assim nosso anseio em requerer a Cessação das Atividades Escolares em caráter simultâneo e definitivo.

111 ATA nº. 001/93. De reunião entre administração municipal e a comunidade da Escola Rural Municipal Luiz Gonzaga, Linha Santa Quitéria.

112 LORSCHIEDER, Sirlei de Oliveira foi professora da rede municipal de ensino até 1993, atualmente é docente da rede estadual e atua na disciplina de Geografia. Autora do artigo do Curso de Conclusão do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) com título: A Transformação Demográfica e o Perfil da População do Município de São José das Palmeiras: 1980-2010. São José das Palmeiras, 2011.

*Os documentos escolares da Escola Rural Municipal Santa Mariana ficarão sob a guarda da Secretaria Municipal de Educação de São José das Palmeiras.*¹¹³

Gradativamente as escolas rurais foram sendo desativadas e a escola do centro urbano teve que receber alunos e professores do interior do município. Para isso passou por algumas adequações como construção de novas salas, banheiros e biblioteca para atender a nova demanda educacional.

113 JUSTIFICATIVA DE CESSAÇÃO. Pasta de Cessação das escolas rurais do município de São José das Palmeiras, arquivadas na sala de documentação escolar da Secretaria Municipal de Educação.

TABELA 05 - Escolas do município

Escola / Local / Período de Funcionamento	Número de Alunos no Início e no Término	Nomes dos Professores
Regente Feijó/Rua Francisco Ângelo/1969	1969/70 - 129 alunos	Maria Delazir Salmento, Terezinha Isabel, Tereza Barbosa de Oliveira, M ^a Lúcia Geniak, Cleonice Rasteiro, Lourdes S. Ito, Aparecida Antonia Geniak, Odélia Sabadim, Antonio Campos, Ilton Veiga , João José Fontes, Silvia Fontes , Francisca P. Brasil e outros.
Colégio Estadual São José - Ensino Fundamental e Médio/Rua Marechal Cândido Rondon/1983	1975 - 227 alunos (6 turmas de 5 ^a Série, com 197 alunos e 1 turma de 6 ^a Série com 30 alunos).	João José Fontes, Silvia da Silva Fontes, Odília Ana Sabadim, Mauro Monteiro Teixeira, Tereza Alves, Helena Alves Matos.
*Escola Rural Mun. Zacarias de Goes Vasconcelos /Baixadão/1973 a 2002	1973 - 32 alunos 2002- 28 alunos	Catarina A.P. dos Santos, Ivanildo Gonçalves, Irineu Jandrey, Sônia Ap ^a Pagliarini, Cleusa Cardoso, Amélia de Oliveira e outros.
*Escola Rural Municipal Betesda/Linha Alto Alegre/1986 a 1993	1986 - 34 alunos 1993 - 12 alunos	Sara Andréia Campos, Terezinha Clarise R. Ibrahim , Neide Guimarães e outros
*Escola Rural Mun. Cristóvão Colombo/Linha Carvalho/1974 a 2001	1974 - 52 alunos 2001 - 18 alunos	Maria Izabel Alves, Almerinda F. Balieiro, Adeide Fernandes Cintra, José Santiago da Silva, Carmem Ferreira e outros.

Escola / Local / Período de Funcionamento	Número de Alunos no Início e no Término	Nomes dos Professores
*Escola Rural Mun. Carlos Gomes/ Serrinha/1972 a 1994	1972 - 55 alunos 1994 - 11 alunos	Irene Vaz, Manoel Clarindo, Ildéu Lopes Car- valho, João Gomes dos Santos, José Berto, Berto Ribeiro Neto e outros.
*Escola Rural Mun. Coelho Neto/São Joa- quim/1972 a 1993	1972 - 142 alunos 1993 - 17 alunos	João Luiz de Magalhães, Ivone Moreira Gui- lhen, Terezinha Izabel de Almeida, Concei- ção Aparecida C. Carvalho, Arlete Paranhos, Leny Trindade de Jesus e outros.
*Escola Rural Pedro Viriato Parigot de Souza/Gameleira/1974 a 1993	1974 - 22 alunos 1993 - 22 alunos	Natalino Messias dos Santos, Francisco Fer- reira, Laércio Francisco da Silva, Claudio Te- odoro Mendes e outros.
*Escola Deolindo Fidelis da Silva/Codal/ 1972 a 2001	1972 - 116 alunos 2001 - 25 alunos	Carmem G. Ferreira, Adelina Helena Petrolli, Ana Filipin, Roberto da Silva, Fátima Gon- çalves, Irene Maria Gonçalves, Paulo dos Reis, Maria Anastácia Rosinke e outros.
*Escola Rural José Bonifácio/ Barra Funda/1973 a 1999	1973 - 162 alunos 1999 - 13 alunos	João Vieira Pinto, Jurema Maria Drescher, Maria B. Mudrey, Sebastião Vieira Pinto, Iva- naldo José Tavares, Dóris Niederle, Albano Niederle e outros.
*Escola Rural Mun. Padre Alóis Mann/ Santa Quitéria / 1979 a 1983	1979 - 31 alunos 1983 - 28 alunos	Vilma Basto Mudrey, Hilda Dias Valeiro e outros.

Escola / Local / Período de Funcionamento	Número de Alunos no Início e no Término	Nomes dos Professores
* Escola Rural Mun. São Luiz Gonzaga/ Linha Santa Quitéria/1974 a 1992.	1973 - 52 alunos 1991 - 17 alunos	Mário Celestino, Maria Bernadete Mudrey, Joelita de Santana e outros.
* Escola Rural Municipal Santa Mariana/ Santa Mariana/1980 a 1993.	1973 - 48 alunos 1993 - 13 alunos	João Carlos Ferreira, Maria de Oliveira Silva e outros.

FONTE: Livros de registros de matrículas. Arquivos da Secretaria de Educação do Município de São José das Palmeiras.
***Escolas desativadas.**

Desde 17 de fevereiro de 1975 o ginásio, como era denominado os anos finais do Ensino Fundamental que funcionava como extensão do Colégio Graciliano Ramos de Santa Helena e no ano de 1983, com a Resolução de nº. 05/81 de 05/06/1981 foi criada a Escola São José - Ensino de 1º Grau.

Em 06 de março de 1991 com a Resolução Nº. 817/91 foi criado o curso de Magistério e a Escola passou a denominar-se Colégio Estadual São José – Ensino de 1º e 2º Grau. Em 19 de agosto de 1994 com a Resolução nº. 4002/94 foi criado o curso de Auxiliar em Contabilidade.

O Colégio Cenecista Thomas Édson de Andrade Vieira ofertava o Ensino Médio e profissionalizante com as modalidades Magistério e Técnico em Contabilidade. Funcionou no prédio da Escola Municipal Regente Feijó no período noturno durante os anos 1980 a 1993.

Com base nos dados do Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado no ano de 1993, pela Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura, a Escola Municipal Regente Feijó localizada na sede do município atendia 554 alunos, da Educação Infantil a 4ª Série, e no interior eram atendidos 341 crianças em escolas nas principais comunidades.

Segundo dados do Censo Escolar de 2011, a única escola municipal de São José das Palmeiras atualmente atende 372 crianças de Educação Infantil ao 5º Ano. O Colégio Estadual São José em 1991/93 atendia 771 alunos de 5ª a 8ª Séries e 2º Grau na modalidade Magistério. Atualmente atende 380 alunos do 6º ao 9º Ano e Ensino Médio.

A perspectiva dos educadores da rede municipal e estadual de ensino é a redução deste número se não houver políticas sociais para garantir a permanência dos jovens no município.

ASPECTOS RELIGIOSOS

*“Fé e festa, duas realidades que combinam e que fazem parte da essência do ser humano. E é por isso que a bíblia nos ensina no Salmo 150”. “Aleluia (...)”.*¹¹⁴

A fé e a crença fazem parte das manifestações culturais de um povo, e estas nem sempre acontecem em templos ou igrejas como comumente chamamos, e são expressas de diferentes maneiras, como cantos, orações, procissões, sacrifícios, cultos a totems e deuses. Percebe-se constantemente o surgimento de novas denominações religiosas com normas e princípios diferentes.

A primeira igreja a instalar-se na área do atual município de São José das Palmeiras, logo que chegaram as primeiras famílias, foi a Igreja Católica¹¹⁵.

Aos poucos foram surgindo novas denominações como: A Luterana do Brasil, no ano de 1979. Atualmente o pastor é Norberto Krueger, que reside no município de Pato Bragado e atende os cultos uma vez por semana nesta comunidade.

A Igreja Presbiteriana do Brasil que esta localizada na Rua João Batista das Chagas com sede própria e o pastor também reside fora do município.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia localizada à Rua Marechal Costa e Silva.

A Igreja Assembleia de Deus localizada à Rua Marechal Cândido Rondon.

A Congregação Cristã no Brasil está localizada em dois endereços uma na Rua Mauro Belo de Oliveira (antiga Rua Benjamim Constant), tendo sede própria e a outra se localiza na Fazenda São João.

114 FRANCO, Odilmar de Oliveira. Queremos festas de Igreja. Revista Cristo Rei, de Toledo, 27 de maio de 2011.

Editora e Gráfica Universitária – 2011.

115 COLUCCI, Mateus. No Livro Tombo consta que até a construção e inauguração da capela católica, em 20 de janeiro de 1971, as missas eram celebradas na Escola Municipal Regente Feijó.

A Igreja Evangélica Quadrangular, localizada na Rua Francisco Ângelo, tem sede própria.

A Igreja Deus é Amor está localizada na Avenida José Bonifácio, centro.

A Igreja Avivamento Bíblico tem dois templos. Um está localizado na Rua Marechal Costa e Silva, no centro urbano, e o outro na Fazenda São João.

A Igreja Presbiteriana Renovada localiza-se na Rua Rui Barbosa, esquina com Avenida José Bonifácio.

Segundo o padre Mateus, em 15 de março de 1969, foi inaugurada a Escola Regente Feijó e neste mesmo local foi celebrada a primeira missa pelo Padre Alais, da Catedral de Toledo, com a participação de dezoito pessoas.

Nos registros do padre Mateus consta que a segunda missa ocorreu dois meses após a primeira. Neste mesmo dia foi realizada uma festa em prol da construção da capela. Participaram cerca de duzentas pessoas ficando visível o acréscimo do número de moradores da localidade.

Nos arquivos da casa paroquial consta que para os trabalhos de organização, compra dos materiais e início das atividades para atuarem na construção da capela foi necessária a formação de uma diretoria. Como presidente ficou Alcides José da Silveira, vice-presidente; Edmundo de Oliveira, secretário; Benedito Vicente e tesoureiro; Luiz Benedetti que na época tinha uma casa de comércio de secos e molhados na Avenida José Bonifácio. Em entrevista Miguel Geniak relatou:

*Na antiga estrada que ligava São José a Luz Marina havia uma serraria “Portuguesa” (salvo engano) conhecida como serraria do “Batata”, esta serrou a madeira da igreja de graça. Tinha um carpinteiro na época que se achava muito doente, então ele fez um pedido a Deus que se ele sarasse iria ajudar a construir a igreja e não cobraria seu serviço, e realmente sarou...*¹¹⁶

116 MIGUEL, Geniak. Entrevista concedida a Zenaide Wischi em julho de 1982. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São José das Palmeiras.

A primeira Capela construída media 18x10m e se localizava onde atualmente é o Colégio Estadual São José. Foi construída por meio do trabalho de duas famílias; a de Alcides José Silveira e a de João Egidio Gabriel¹¹⁷. A inauguração foi em 20 de Janeiro de 1971.

Nas anotações que às vezes funcionava como diário, o vigário que atendia esta comunidade relatou que no início da ocupação do município, as chuvas constantes dificultavam o trabalho na lavoura e as atividades religiosas. Em uma de suas anotações o Padre Mateus registrou que:

*Aos 25 de Agosto de 1974, houve peregrinação de São José para a Catedral de Toledo, pelo ano “Santo”. Foi um fracasso quase completo, somente 125 pessoas conseguiram chegar a Toledo por causa da chuva que começou a cair na madrugada.*¹¹⁸

A distância de São José a Toledo é de aproximadamente 50 quilômetros. Nesta época (década de 1970), as estradas não eram asfaltadas o que dificultava o tráfego principalmente em dias de chuva e com isso muitas vezes havia cancelamento de atividades religiosas.

A partir da década de 1975 o padre Mateus Colucci foi nomeado vigário da paróquia São José e passou a atender trinta comunidades. Entre elas estavam as capelas das comunidades de São Roque, Sanga Natal, São Sebastião, Paloma, Piracema, Aparadão, São Clemente e Sub-Sede. Na maioria destas comunidades as missas eram celebradas nas dependências das escolas até a construção de capelas.

Em 1975 a paróquia adquiriu um Jipe o qual veio facilitar o deslocamento do pároco no atendimento às capelas.

Conforme depoimentos e registros fotográficos do início da década de 1970, todos os meses eram elaborados cronogra-

117 Dados constantes nos registros do Livro Tombo. Arquivo da casa paroquial e cópias nos arquivos do Projeto Memórias e História.

118 Idem.

mas de atendimento às comunidades.

Aos domingos pela manhã, o padre se dirigia à localidade programada e realizava a missa no quintal de uma residência, ou em uma capela. Nestes dias muitas famílias se deslocavam até esses locais para pedir e agradecer a Deus às graças recebidas. Após a celebração as pessoas aproveitavam para conversar com os amigos e vizinhos.

FIGURA 16 - Missa Campal



O padre Mateus Colucci após a realização da missa no interior do município

Procedência: Família Novaes.

Arquivos: Projeto Memórias e Histórias.

Fotógrafo: Desconhecido.

Constam nos arquivos da casa paroquial que para melhor conforto dos fiéis e como forma de organização do espaço, em 1975, foram construídas cinco igrejas nas seguintes comunidades: Linha Maria Gorete, Santo Antônio, São Paulo da Cruz, Codal e Fazenda Sestak.

Segundo os primeiros moradores, nos primeiros anos de ocupação de São José percebeu-se que as pessoas eram mais envolvidas na vida religiosa, participavam de procissões, rezas nas famílias e novenas.

No ano de 1978, nossa região viveu uma fase sufocante, uma seca predominou na região e causou danos nas plantações de arroz, algodão, milho e etc.. Os pastos secaram todos, o gado morreu de fome. Fogo devorando várias partes do Oeste Paranaense.

*Os fiéis fazendo suas promessas e até penitências como o de andar descalço. Depois de um longo período de seca a poeira cobria o céu de vermelho, naquelas tardes calorosas e abafadas (...).*¹¹⁹

SÃO JOSÉ E SUAS FESTAS

De acordo com Josefa Cardoso, até 1985, a maior festa comunitária era realizada em março em homenagem a São José, considerado pelos católicos como Padroeiro do município. Até hoje, nesse dia, há grande ajuntamento de fiéis para a missa que geralmente é celebrada pela manhã. Ao meio dia é servido o almoço e durante a tarde a programação prossegue com matinês, sorteios entre amigos e leilões de animais. Esses festejos passam por constantes mudanças incorporando novos valores os quais sobressaem os aspectos comerciais.

119 WISCHI, Zenaide. Professora que residiu em São José até a metade da década de 1980.

*FIGURA 17 - Anúncio da Programação da
Festa da Igreja Matriz Católica - 1985*

GRANDIOSA FESTA

EM LOUVOR DE NOSSA SENHORA IMACULADA
CONCEIÇÃO

DOMINGO 08 DE DEZEMBRO DE 1985

PARÓQUIA SÃO JOSÉ - PARANÁ

São José Das Palmeiras

1º Convidamos os amigos da Matriz e das Capelas para
participarem da 1.ª Eucaristia das Crianças em nossa pa-
róquia
Juntos vamos agradecer a Deus pela boa safra deste ano

Programa:

Preparação

Dia 02: Dia do Congregado Mariano e dos Casais
— 20:00 hrs. Santa Missa Pe. Aldo Dal Pozzo.

Dia 03: Dia do Apostolado de Oração
— 20:00 hrs. Santa Missa Pe. Mateus Colucci

Dia 04: Dia dos Jovens, Alunos e Professores
— 20:00 hrs. Santa Missa Pe. Carmelo Prone

Dia 05: Retiro Espiritual das Crianças da 1.ª Eucaristia.

Dia 06: Confissão Comunitária para todos.

Dia 07: Santa Missa «das Promesas Batismais»
— 20:00 hrs. Santa Missa Pe. Mario Capodiferro

Dia 08 de Dezembro de 1985
GRANDIOSA FESTA

6:00 hrs. Alvorada Festiva

7:00 hrs. Santa Missa para os Festeiros

10:00 hrs. Missa Solene da Primeira Eucaristia

Responsavel pela Liturgia: As Catequistas

Ao meio dia: Churrasco, Galetos, Salgados, Saladas, Bolos e Be-
bida gostosa em geral.

De tarde: Matinê dançante animado por espetacular Conjunto
Musical e jogos, Diverções, Leilões e... muita alegria.

Obs: A festa visa arrecadar lucro para as obras Sociais da
Paróquia

A Diretoria Agradece desde já sua Valiosa Participação

Gentileza **CEREALISTA AMÉRICO**

AMÉRICO E IRMÃOS LTDA.
Compra e venda de Cereais em geral e Beneficiamento de Arroz
F. 12. 111-1 12. 111-1 12. 111-1

Fonte: Arquivos da Casa Paroquial.
Acervo: Projeto Memórias e História.

FESTA DO MUNICÍPIO

A festa em comemoração a emancipação político-administrativa do município acontece na primeira quinzena de abril e atrai muitas pessoas tanto do município como de cidades vizinhas. Geralmente são três dias de festa e o atrativo maior é a tradicional “Festa do Peão”. Há shows com bandas, parque de diversões e praça de alimentação.

No domingo, último dia de festa, é servido a “Costela Desossada e Recheada”, que ficou conhecida como o prato típico deste município tendo com acompanhamento saladas, pães, cucas, arroz, farofa e maionese.

FIGURA 18 - Costela Desossada e Recheada



**Prato típico do município de São José das Palmeiras. Abril de 2011.
Procedência: Secretaria Municipal de Educação.
Arquivos: Projeto Memórias e História.
Fotógrafa: Daniele Lampert Moreira.**

O que se observou é que após a formação do lago de Itaipu várias famílias de origem alemã e italiana vindas das áreas alagadas se fixaram no município. Estas pessoas contribuíram para algumas mudanças nos hábitos alimentares e culturais dos munícipes.

Atualmente, muitas famílias adotaram o uso do chimarrão e não só do cafezinho como era costume. Há o consumo de cuca com churrasco e a mudança do horário das refeições na área rural.

Outro evento que vem chamando a atenção da população no município é a “Campanha Natal de Luz”, período que o comércio local distribui cupons para sorteios que geralmente acontecem no dia 31 de dezembro na praça central Alípio Francisco Salvador.

A praça é decorada pela equipe da Secretaria de Educação Cultura e Esporte, Ação Social, administrativo e parceiros. No

FIGURA 19 – Festival Regional da Canção - 1980



Encerramento e entrega da premiação aos vencedores do Festival da Canção.

Fonte: Família Chagas. Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.

dia da abertura oficial em que as luzes são acesas acontecem shows com bandas regionais, fogos de artifícios e são distribuídos doces e brinquedos para todas as crianças. Este evento atrai famílias do município de São José das Palmeiras e da localidade de Luz Marina.

Nas décadas de 1980 e 1990 eram realizados vários eventos tais como carnaval de rua ou salão, bailes de debutantes, festivais da canção e festas nas comunidades nos períodos de safra, principalmente na fase do cultivo do algodão.

Um dos eventos era o Festival “DIFUBRAHMA”¹⁰⁸, apresentado pelo locutor Valdomiro Persch da rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon. Era um programa que atraía toda a família em apoio aos calores locais.

As festas aconteciam no “Clube Velho”, que era construído de madeira e estava localizado na Rua Francisco Ângelo onde atualmente é o “Clube dos Idosos”.

O município busca a recuperação destas atividades acima mencionadas e já há iniciativas de grupos de “Roda de Viola”, que se apresentam em bares, festas e na rádio comunitária aos domingos.

“A cavalgada ecológica” formada pelo “Jockey Club Rei dos Pampas” é outra forma de desenvolver a cultura e incentivar o turismo rural. Esta equipe de cavaleiros faz passeios pelo interior do município percorrendo trilhas e tem o intuito de propagar o lazer e o turismo rural na busca da sustentabilidade e da qualidade de vida.

108 DIFUBRAHMA, Festival Regional da Canção com a apresentação de calouros locais e regionais. Na época o evento acontecia em diversos municípios e distritos próximos a Marechal Cândido Rondon. Os participantes concorriam ao troféu DIFUBRAHMA. O festival era seguido de um baile com bandas de sucesso da época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este material que acaba de ser produzido é o resultado de um trabalho de pesquisa sobre a história das pessoas que se fixaram no atual município de São José das Palmeiras em meados da década de 1960.

A grande maioria das pessoas eram migrantes vindos do norte do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e de outros estados brasileiros.

Geralmente essa corrente migratória denominada de “frente cabocla ou cafeeira”, vinha para o oeste paranaense em busca de terras férteis e propícias ao cultivo do café.

Gradativamente essa área territorial que hoje compreende o município foi sendo conhecida e ocupada. A maioria das pessoas ficava sabendo da existência dessas terras por parentes, amigos, vizinhos e corretores de empresas que trabalhavam com a venda das terras desta localidade já no início da década de 1960.

Muitos dos novos espaços ocupados são marcados pelos conflitos pela posse e propriedade da terra e no município de São José não foi diferente. O que foi relatado pelos moradores durante entrevistas é de que esses conflitos foram mais representativos na região do Baixadão que faz limite com a Fazenda Mesquita, palco dos conflitos que ficaram marcados na memória e na história local.

No início de sua ocupação houve o cultivo da hortelã e a intensificação da migração para esta região. Esta atividade agrícola exigia um grande contingente de mão de obra, dando espaço aos arrendatários, meeiros ou somente diaristas.

Após a hortelã entrar em decadência houve a implantação do cultivo do algodão, atividade que gerou divisas ao município e despertou o interesse tanto das lideranças políticas quanto da população pela a emancipação político-administrativa de São José das Palmeiras.

Nos finais da década de 1990, a área de cultivo do algodão

começou a ser reduzida, devido à desvalorização comercial, à incidência de pragas e aos custos de produção.

Neste período ocorreu o denominado processo de migração do campo, ocasionando a concentração da propriedade, bem como ocorrendo mudanças na forma de ocupação e uso do solo.

Percebe-se que os trabalhadores antes ocupados nas lavouras como boias fria ficaram desempregados sendo obrigados a ir em busca de novas atividades e com isso muitas propriedades agrícolas cederam espaço à formação de pastagens para a criação de gado.

Atualmente a agricultura do município é considerada diversificada, pois se cultiva milho, mandioca, fumo e soja. Houve investimentos em granjas de suínos, aves, e o reflorestamento da mata ciliar como garantia da preservação das nascentes e busca da qualidade de vida.

Ao propor a produção desta pesquisa o objetivo da administração pública municipal era a organização de um material que pudesse contemplar a história das pessoas comuns deste município.

Por fim, gostaria de dizer que este foi um trabalho árduo e gratificante, pois tivemos próximo das pessoas e pudemos ouvir o relato de suas recordações e experiências vividas neste espaço em que foram responsáveis pelas modificações como derrubada da mata, construção de casas, escolas, estradas, entre outras.

Durante a produção deste material procuramos precisamente nos ater à história local, pois a história do Oeste Paranaense pode ser encontrada em publicações como livros, artigos, monografias e dissertações de mestrado. Isso não significa que não compreendemos que a história deste espaço em estudo está intimamente relacionada às demais regiões do estado, país e mundo.

Não tivemos a pretensão de esgotar os temas. Nas entrevistas procuramos manter a originalidade, respeitando nas

citações a forma de comunicação das pessoas entrevistadas, como meio de valorizar o conhecimento e a cultura daqueles que colaboraram para a produção deste livro.

A história é feita pelo ser humano. Portanto neste município cada pessoa que aqui viveu ou vive fez e faz a sua história e nas relações com os outros compõe a história da família, da comunidade e do país.

ANEXOS

As fotografias usadas não foram devidamente identificadas, pois muitos dos cedentes não recordavam do fotógrafo, já que na época era comum estes profissionais prestarem serviços desta natureza na zona rural. A foto era entregue dias depois.

Assim que chegava um fotógrafo as crianças eram arrumadas e posavam para a foto, pois oportunidades dessas eram raras.

Em São José temos conhecimento do trabalho de dois fotógrafos, José Damasceno e Alcindo Damasceno. Este último foi proprietário da loja Foto Ideal, localizada na Avenida José Bonifácio, centro da cidade.



Alípio Francisco Salvador, Ademar Demito, José Neri das Chagas, no palanque discursando para a população, após o recebimento da aprovação para a emancipação político – administrativa do município.

No dia 1º de janeiro de 1986, Alípio Salvador e Ademar Demito assumiram a Prefeitura Municipal concretizando assim os anseios da população: saúde, educação, infraestrutura.

Fotógrafo: Não identificado.

Arquivos: Secretaria de Educação. Ano: 1985



Os trabalhadores posam para registrar o momento da colheita e transporte da hortelã que iria ser transportado a um alambique na localidade do Baixadão no ano de 1976. A criança sentada no capô do caminhão é Edson F. da Costa, popular “Cavaco”.

Procedência: Família Costa.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.



Na década de 1970, a hortelã era uma das principais atividades agrícolas desenvolvidas em São José. Antes de chegar ao alambique, Nestor Faria (à direita) e seu companheiro em frente a um bar para tomar uma “branquinha” fizeram pose para esta foto na Avenida José Bonifácio – ano de 1972.

Procedência: Família Faria.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.



Senhor José Cândido e sua esposa, irmãs e o Padre Mateus Colucci.
O senhor José Cândido doou o terreno para a construção da atual Igreja
Matriz Católica.
Foto de 1980.
Procedência: Secretaria de Educação de São José das Palmeiras.
Arquivos: Projeto Memórias e História.
Fotógrafo: Não identificado.



Os amigos exibem o resultado da pescaria que fizeram no rio próximo a Santa Helena antes da formação do Lago de Itaipu. Da esquerda para a direita em pé: Antônio Damaceno, Valter Vanzella, Cidinho, Luiz da Sônia, João Camaroto e o Carlão. Agachados: Alcides da casa Paulista, Alcides Stofalete e Lucas Stofalete (criança).

Procedência: Família Stofalete.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.



Casamento de Fátima e Jorge Faria. Os noivos estão chegando ao Foto Ideal para registrarem a união. Ao lado direito da fotografia esta Alcides Stofalete, amigo e padrinho dos noivos.

Local: Avenida José Bonifácio - 1975.

Arquivos: Família Stofalete.

Projeto: Memórias e História.



Valdir Ceolin faz pose sobre uma árvore derrubada em meio à lavoura de hortelã.

Atrás, troncos de árvores e mata. A propriedade estava localizada no Baixadão - 1971/1972.

Procedência: Arquivo da Secretaria Municipal de Educação.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.



Em frente ao comércio Ourizona: o pai do Ademirço do Banco, o senhor Francisco Sanches, (com chapéu e cachimbo) e um de seus filhos que também está de chapéu.

Na época era comum este tipo de comércio onde se vendia produtos alimentícios, de limpeza e higiene pessoal. As denominadas “Casas de Secos e Molhados”.

Em anexo funcionava uma casa onde eram comercializados produtos para construção e lavoura, como enxadas, foices, machados, rastelos, arados de tração animal, mangueiras, entre outros.

Procedência: Família Stofaleta

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.



Benedito Guedes e sua esposa, visitando uma bela roça de arroz toda em cachos no ponto de colheita.

Nos primeiros anos da ocupação de São José, cultivava-se o arroz. Muitas vezes para preparar o almoço, mulheres e crianças socavam o arroz no pilão.

Em 1970 foi instalada no município a máquina de arroz de propriedade de Ademar Demito (Zinho), que beneficiava arroz e café.

Procedência: Família Guedes.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.



Grupo de jovens no dia da celebração da “Primeira Comunhão”, na antiga Igreja Católica no ano de 1975.

Procedência: Família Sanches e Peres.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.



José Vieira em 1968 durante visita a uma chácara que adquiriu próximo da área destinada à formação da cidade, saída para Santa Helena. Mudou para a propriedade no mesmo ano.

Foto: Acervo da Secretaria Municipal de Educação.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado



Desfile em comemoração à Independência do Brasil na Avenida José Bonifácio, em 1980. Neste período as ruas não eram asfaltadas. À frente a professora Isabel que lecionou no município de São José das Palmeiras até o ano 1986, acompanhando o pelotão de meninas.
Procedência: Secretaria Municipal da Educação.
Arquivos: Projeto Memórias e História.
Fotógrafo: Não identificado.



Nestor Faria chegou em São José na década de 1970. Derrubou a mata e com o auxílio dos filhos construiu sua casa e a dos filhos casados próximas a sua.

Nesta foto, ele e os filhos preparam o terreno para a construção de uma nova casa, já com tábuas, telhas e assoalhos, diferentemente da maioria das residências construídas na época.

Procedência: Família Faria

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.



No primeiro plano temos a hortelã entre o restante da madeira. Aos fundos, próxima a mata nativa, vemos a casa do senhor João Generoso na localidade do Baixadão. João Generoso era arrendatário e trabalhava nas terras do senhor Antônio Souza Santos em 1971/72.

Procedência: Família Novais.

Arquivos: Projeto Memórias e História.

Fotógrafo: Não identificado.



Até o final da década de 1980 as trilhadeiras faziam as colheitas do milho, soja e feijão. Esta atividade exigia trabalho e tempo de várias pessoas, pois todo o processo era manual. Duas pessoas ficavam sobre a máquina, duas alcançavam os produtos, uma ou duas ficavam com forcas retirando o excesso de palha da trilhadeira e outras ficavam na bica, como aparece na foto, segurando os sacos que recebiam o produto que estava sendo colhido, retirando e costurando-os. Esta máquina pertenceu ao seu Alcides Stofalete, que está à direita na fotografia e veste calça azul e camisa xadrez.

Procedência: Família Stofalete.

Projeto Memórias e História.



Procissão em homenagem a Nossa Senhora Aparecida em outubro de 1976. A carreata estava entrando em São José, vindo de Luz Marina. Muitos fiéis participaram deste momento de fé.

Arquivos: Família Novaes.

Projeto Memórias e História.



Homens chegando a um alambique com o caminhão carregado de rama de hortelã, vindo do sítio do seu Arnaldinho, na localidade do Baixadão. Como as caldeiras eram movidas ao calor do fogo, os agricultores preferiam fazer a destilação do óleo à noite. Este processo necessitava de muitas pessoas.

Baixadão – 1973

Arquivo: Família Costa.

Projeto Memórias e História.



No início da ocupação, os jovens das comunidades formavam times e nos finais de semana disputavam torneios como diversão, lazer e socialização entre as comunidades.

Time: São Paulo – Baixadão, 1973.

Goleiro: Raimundo.

Jogadores: Paulo, Nenê, Totonho, Zé Rosa, Valdir Buia, Lourival, João, Artulino, Jair Galdino, Wilson e Sérgio.

Arquivo: Família Novaes.

Projeto Memórias e História.



No período da colheita da hortelã os agricultores contavam com o auxílio de vizinhos para a extração do óleo nos alambiques.

Na imagem acima os homens se preparam para mais uma noite de trabalho junto às caldeiras aquecidas pelo calor do fogo.

Localidade do Baixadão - 1973.

Arquivo: Família Novaes.

Projeto Memórias e História.



No auge da hortelã era necessário o emprego de muita mão de obra, pois todo o trabalho - do cultivo à colheita - era manual. Na foto acima, mulheres, homens e crianças posaram para registrar esse período da história econômica do município de São José das Palmeiras, na localidade do Baixadão, propriedade do senhor Trajano Novaes.

Arquivos: Projeto Memórias e História.



Estimulados pela produção e desenvolvimento desta localidade em 1969 chegou em São José das Palmeiras, o senhor Hassan Ibrahim e família para investir na área comercial. Instalou o primeiro bazar de roupas e calçados na Avenida José Bonifácio, saída para Toledo. Posteriormente a família dedicou-se ao comércio de compra e venda de produtos agrícolas e nos últimos trabalha com materiais de construção. Hassan Ibrahim era libanês naturalizado brasileiro. Antes de vir para São José das Palmeiras, residiu em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Casou-se com Josina e teve quatro filhos sendo eles Jehad Alves Ibrahim, Ihacer Alves Ibrahim, Chadia Alves Ibrahim e Zuher Alves Ibrahim. Arquivo: Família Ibrahim. Projeto Memórias e História.



Em 1976, estive no então distrito de São José o padre Vítor Coelho de Almeida, da cidade de Aparecida do Norte (SP), para realizar trabalho missionário. A chegada do reverendo causou uma grande movimentação e o deslocamento de fiéis de todas as localidades vizinhas para participarem da missa. Mesmo sob sol forte, centenas de pessoas se concentraram defronte do salão paroquial na manhã de domingo, 3 de junho de 1976. Esse evento foi um marco na história do município e da comunidade católica local, pois foi a primeira vez que um helicóptero aterrisou em São José. Nele vinham a imagem de Nossa Senhora Aparecida, o padre Vítor e outros religiosos.

Arquivos: Projeto Memórias e História.



Fiéis seguindo a charrete que conduzia o Padre Mateus Colucci, em visita ao município de São José das Palmeiras, após 26 anos de sua despedida das atividades como pároco desta comunidade.

A festa tradicional do “Padroeiro São José” ocorreu no dia 17 de março de 2013. Na manhã deste dia o padre Mateus realizou missa ao lado do Padre João Ribeiro para centenas de pessoas que vieram saudá-lo e homenageá-lo como cidadão honorário deste município. O veículo de tração animal estava sendo conduzido pelo Sr. Ilson Borba de Oliveira. Arquivos: Secretaria Municipal de Educação. Fotógrafa: Alexandra Marafiga.

Quadros que compõem a galeria da Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras, com representantes do Executivo e Legislativo dos 29 anos de administração

**Poder Legislativo e Executivo
de São José das Palmeiras
LEGISLATURA 1985/1988**



**Poder Legislativo e Executivo
de São José das Palmeiras
LEGISLATURA 1989/1992**

		
José Wilson da Silva Vice-Presidente	Moacir Crepaldi Presidente	Eronises F. da Silva 1º Secretário
		
Ruy Novais 2º Secretário	Cairbar F. Olsen Vereador	Ivo Bernardes da Silva Vereador
		
Jair Galdino Vereador	Jonas Correia de Lira Vereador	José Neri das Chagas Vereador
	2ª LEGISLATURA	
João Surian Prefeito Municipal		Helsen G. Pacheco Vice-Prefeito Municipal

**Poder Legislativo e Executivo
de São José das Palmeiras
LEGISLATURA 1993/1996**

		
Eliseu Schwambach Vice-Presidente	Eronises F. da Silva Presidente	Jair Veronezzi 1º Secretário
		
Laudénir Dotta 2º Secretário	Caribar F. Olsen Vereador	Gilmar P. dos Santos Vereador
		
José Maximiano Vereador	Leopoldina C. C. Américo Vereadora	Moacir Crepaldi Vereador
	3ª LEGISLATURA	
José Wilson da Silva Prefeito Municipal		Dirceu Fiorentin Vice-Prefeito Municipal

**Poder Legislativo e Executivo
de São José das Palmeiras
LEGISLATURA 1997/2000**



**Poder Legislativo e Executivo
de São José das Palmeiras
LEGISLATURA 2001/2004**

		
Ilson Borba de Oliveira Vice - Presidente - PFL	Guisla D. Müller Salvador Presidente - PMDB	Luis Carlos Toni 1º Secretário - PMDB
		
Nilson Claudino da Silva 2º Secretário - PFL	Alcides Stofalete Vereador - PMDB	Cleunice Ribeiro Novais Vereadora - PFL
		
Dirceu Fiorentin Vereador - PDT	Jonas Correia Lira Vereador - PFL	Osvaldo Pierazo Vereador - PFL
	5ª LEGISLATURA	
José Neri das Chagas Prefeito Municipal - PMDB		Gilberto Fernandes Salvador Vice - Prefeito - PMDB

**Poder Legislativo e Executivo
de São José das Palmeiras
LEGISLATURA 2005/2008**

		
Ademir Dahmer Belcuron 1º Vice-Presidente	Claudemir Crepaldi Presidente	Leandro L. M. Nunes 2º Vice-Presidente
		
Pedro Luiz Schnorr 1º Secretário	Ademirço Sanches Peres 2º Secretário	Alcides Stofalete Vereador
		
Guisla D. Müller Salvador Vereadora	Jonas Correia Lira Vereador	Juraci Klein Vereadora
	6ª LEGISLATURA Biênio 2007/2008	
José Neri das Chagas Prefeito Municipal		Valter Zanotti Vice-Prefeito Municipal

**Poder Legislativo e Executivo
de São José das Palmeiras
LEGISLATURA 2009/2012**

		
Alcides Stofalete 1º Vice-Presidente	Ademir Dahmer Belcuron Presidente	José Correia Lira 2º Vice-Presidente
		
Adriane Matter Gomes 1ª Secretária	Silas Lourenço 2º Secretário	Claudemir Crepaldi Vereador
		
Osvaldo Pierazo Vereador	Valter Zanotti Vereador	Valdeci Marques da Silva Vereador
	7ª LEGISLATURA BIÊNIO 2009/2010	
Nelton Brum Prefeito Municipal		Devanir José Brigantini Vice-Prefeito Municipal

**Poder Legislativo e Executivo
de São José das Palmeiras
LEGISLATURA 2013/2016**



Acervo: Câmara Municipal de Vereadores de São José das Palmeiras localizada à Rua Marechal Castelo Branco, nº 979
Fotógrafo: o profissional das fotos originais não foi identificado.
Reprodução: Foto Iris, de Santa Helena

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRILHO, R.C.- *A cultura da hortelã pimenta- Manual Técnico do Engenheiro Agrônomo*. Instituto Agrônomo de Campinas, São Paulo. Campinas, SP 1963. <http://www.google.com.br/search?hl=PT-BR&q=menta+japonesa+ou+hortelã+pimenta>. Acesso 15 de maio de 2012.

CANCIAN. Nadir Aparecida. *Cafecultura paranaense: 1900/1970*. Curitiba. Grafipar, 1981. Acesso ao site em 20 de março de 2012. Site: <http://www.historia.e.historia.com.br/matéria.cfm?tb=alunos&id=456>.

CARNIEL, Solange Maria. *O Oeste Paranaense e a Singularidade de São José das Palmeiras (1969-1985)*. Mestrado UFF/UNIOESTE. 2003.

COLODEL, José Augusto. *Matelândia: História e Contexto*. Prefeitura Municipal de Matelândia; Cascavel: ASSOESTE, 1992.

------. *Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena, Prefeitura Municipal, 1988.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste da Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste, 2002

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo demográfico de 2010*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/dados> do censo 2010. Acesso dia 18/10/2010.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Censo 2010*. <http://www.google.com.br/censo2010>. Search?hl=PT&q=censo+do+município+de+São+José+das+Palmeiras+&gbr=2&oq=censo. Acesso maio de 2012.

IPARDES. (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) [http://Estatísticas do Município de São José das Palmeiras](http://Estatísticas.do.Município.de.São.José.das.Palmeiras). Novembro de 2011. Acesso janeiro de 2012.

IPARDES. *Estudos e desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais interligados: menta*. Curitiba, 1977.

LORSCHIEDER, Sirlei de Oliveira. *A Transformação Demográfica e o Perfil da População no Município de São José das Palmeiras: 1980-2010*. (PDE)- Universidade Estadual do Oeste do Paraná. São José das Palmeiras, 2010.

MAIA, N. B.- *Produção e qualidade de óleo essencial de duas espécies de menta cultiváveis em soluções nutritivas*. Tese apresentada no ESALQ. Piracicaba, S.P., 1998. Acesso no Google em janeiro de 2012.

MYSKIW, Antônio Carlos. *Titulação de terras no oeste paranaense: Análise documental*. Marechal Cândido Rondon, 2002. Monografia de conclusão de curso de História- UNIOESTE.

PALUDO, Giovani Batista & BARROS, Darci Alda. *Síntese da história do Paraná*. Cascavel: ASSOESTE, 1988.

PORTZ, M. A. *A preservação ambiental das propriedades camponesas na comunidade Serrinha em São José das Palmeiras - PR*. Dissertação de mestrado em Geografia- Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão, 2010.

SCHNORR, Pedro Luiz. *A Concentração da Propriedade da Terra, o Processo Migratório e o Cotidiano dos “boias fria” e ex-“boias fria” no Município de São José das Palmeiras – PR*. PDE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) Marechal Cândido Rondon, 2000.

SILVA, Zoraide da. *O processo de emancipação político-administrativa de São José das Palmeiras. Marechal Cândido Rondon, PR, 1994*. Monografia de conclusão do curso de História - UNIOESTE.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, Mensus e Colonos: História do Oeste Paranaense*. Ed. Vicentina. Curitiba, 1982.

OUTRAS FONTES

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, Santa Helena. Ata de sessão realizada no dia 03 de maio de 1982. Ata nº. 622, livro nº11.

-----, Santa Helena. Ata de sessão realizada no dia 05 de maio de 1982. Ata nº. 624, Livro nº. 11.

-----, Santa Helena. Ata da sessão realizada no dia 05 de abril de 1983. Ata nº. 654. Livro nº. 11.

-----, Santa Helena. Ata de sessão realizada no dia 07 de abril de 1983. Ata nº. 656. Livro nº. 11.

-----, Santa Helena. Ata de sessão realizada no dia 02 de maio de 1983. Ata nº. 657. Livro nº. 11.

-----, Santa Helena. Ata de sessão realizada no dia 19 de novembro de 1984. Ata nº. 716. Livro nº. 13.

-----, Santa Helena. Ata de sessão realizada no dia 13 de maio de 1985. Ata nº. 729. Livro nº. 13.

-----, Santa Helena. Ata de sessão realizada no dia 20 de maio de 1985. Ata nº. 30. Livro nº. 13.

CURITIBA. DEGE/PR/1779 de 01 de julho de 1981. Encaminhamento de informações relativas ao Distrito de São José. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística _ IBGE, Curitiba, PR, 01 de julho de 1981.

-----, Lei nº 7.159, de 07 de junho de 1979. Cria no Município de Santa Helena o Distrito Administrativo de São José com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Curitiba, PR, 07 de junho de 1979.

-----, Lei nº 002 de 28 de março de 1988, que dispõe sobre a apresentação dos Símbolos do Município de São José das Palmeiras, 28 de março de 1988.

-----, Ofício nº 027 de março de 1982. Encaminhamento do Abaixo Assinado dos habitantes de Luz Marina, direcionado ao deputado João Mansur. Câmara Municipal de Toledo, 09 de março de 1982.

-----, Projeto de Resolução nº 105 de 11 de novembro de 1981. Autorização da realização de plebiscito da área descrita do Município de Santa Helena. Assembleia Legislativa do Paraná. Curitiba, PR, Comissão de Constituição e Justiça, 11 nov. de 1982.

-----, Projeto de Lei Complementar nº 192/80, parecer de Lei Complementar Federal nº 1 de 09 de novembro de 1967, o qual estabelece os requisitos mínimos para a criação de municípios.

Comissão de Constituição e Justiça. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 11 de novembro de 1981.

-----, Resolução nº 03/82 de 20 de abril de 1982. Autoriza a realização de plebiscito da área adiante descrita do Município de Santa Helena, a fim de que a respectiva população decida sobre a criação do Município de São José. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, PR. Nº 1.284, 06 de maio de 1982.

-----, Projeto de Lei nº 8075 de 17 de abril de 1985, cria o Município de São José das Palmeiras. Diário Oficial do Estado do Paraná. Curitiba, 18 de abril de 1985.

EMATER. Perfil da Realidade Agrícola do Município de São José das Palmeiras. Outubro de 2011.

FOZ DO IGUAÇU. Certidão nº 2.493 de 31 de agosto de 1981. Transcrição do Imóvel para a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração em 11 de junho de 1951. República Federativa do Brasil. Registro de Imóveis, 1º Ofício. Foz do Iguaçu, PR, 31 agosto de 1981.

LEDUC, Lincoln. Programa Frente Ampla de Notícias. Marechal Cândido Rondon, 03 de junho de 1982. Arquivos da Rádio Difusora do Paraná.

LEDUC, Lincoln. Programa Frente Ampla de Notícias, Marechal Cândido Rondon, 17 de dezembro de 1985. Rádio Difusora do Paraná.

LEDUC, Lincoln. Programa Frente Ampla de Notícias. Marechal Cândido Rondon, 18 de abril de 1985. Arquivos da Rádio Difusora do Paraná.

PAROQUIA CATÓLICA. São José das Palmeiras, Registros das atividades desenvolvidas. Livro Tombo. Vol.01.

PAROQUIA CATÓLICA. Relatório de 25 anos de Congregação Passionista no Brasil. Livro Tombo. Arquivos da secretaria da casa paroquial de São José das Palmeiras. 02 de maio de 1997.

TOLEDO. Certidão nº. 8.472 de 09 de setembro de 1997. Certidão de transcrição e transmissão da F.P.C.I. Para Caetano Carmo Mercante e Antônio Celso de Carvalho Pinto em 28 de abril de 1962. República Federativa do Brasil. Registro de Imóveis. Comarca de Toledo, PR. 09 de set. 1997.

FONTES ORAIS

BARROS, Aureliano. Entrevista gravada concedida a Alexandra Marafiga em 16 de setembro de 2011.

BEZERRA, Ana Gonçalves. Entrevista concedida a Zoraide Ferreira da Silva em outubro de 1994.

BRIGANTINI, Devanir. Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva em 15 de fevereiro de 2012.

CARDOSO, Josefa Mercês. Depoimento informal a Zoraide F. da Silva, em 12 de fevereiro de 2012.

CHAGAS, José Neri das. Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva em Julho de 2010.

COLUCCI, Mateus. Entrevista gravada concedida a Solange Carniel em 2002.

COSTA, Lourival Faustino. Entrevista gravada concedida a Alexandra Marafiga em novembro de 2011.

DELLA COLETTA, Elvio. Entrevista gravada concedida a Giordano Tito Angeli. Cascavel, 08 março de 2002.

DEMITO Elis. Entrevista gravada concedida a Solange Carniel em 25 de março de 2002.

DIAS, Antônio Ferreira. Entrevista concedida a Zoraide Ferreira da Silva em outubro de 1994.

FARIA Elenice Aparecida. Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva. 25 de março de 2011

FARIA Fátima Aparecida Matioli. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga em agosto de 2011 e fevereiro de 2012.

GENIAK, Alice. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga em setembro de 2012.

GENIAK, Miguel. Entrevista concedida a Zenaide Vischi em 1982.

GONÇALVES, Otacílio Moisés. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga em novembro de 2011.

GUEDES, Sérgio Ramires. Entrevista concedida a Zoraide Ferreira da Silva em 1º de fevereiro de 2012.

KESLER, Quirino. Depoimento informal concedido a Zoraide

Ferreira da Silva em fevereiro de 2012.

LORSCHIEDER, Sirlei de Oliveira. Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva. 10 de agosto de 2011

MELO Isabel de Oliveira. Depoimento informal concedido a Zoraide Ferreira da Silva em outubro de 2011.

NEVES, Ana e Geraldo. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga em dezembro de 2011.

NOVAES, Trajano. Entrevista concedida a Solange Carniel em 2002.

OLIVEIRA, Alda de Souza. Depoimento informal concedido a Alexandra Marafiga em agosto de 2011.

OLIVEIRA, Joézio M. de. Depoimento informal concedido a Zoraide Ferreira da Silva em fevereiro de 2012.

OLIVEIRA, Maria Nunes de. Entrevista concedida a Zoraide Ferreira da Silva em setembro em 2011.

PAULO, Amélia de Oliveira. Depoimento informal concedido às pesquisadoras Alexandra Marafiga, Zoraide F. da Silva e Eliane Moreira Lourenço em 15 de Fevereiro de 2012

PERES, Marony Almeida. Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva em 10 de outubro de 2011.

PITHAN, Iracema. Depoimento informal concedido a Zoraide Ferreira da Silva em fevereiro de 2012.

SALVADOR, Alípio Francisco. Entrevista concedida ao Programa Frente Ampla de Notícias em 14/04/1985.

SANT'ANA, Luzia Biassuto. Entrevista concedida a Alexandra Marafiga em março de 2011.

SANTOS, Catarina. Entrevista concedida a Pedro Luiz Schnorr e Vanda Antonia de Oliveira em 1988.

SCHWAMBACH, Eliseu. Depoimento e informações concedidas a Zoraide F. da Silva, em agosto de 2011.

SILVA, Eronises Fernandes da. Entrevista concedida a Zoraide em dezembro de 2012.

SURIAN, João. Entrevista concedida a Zoraide Ferreira da Silva.

VAZ, Irene. Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva em 25 de março de 2011.

VEIGA, Ilton de Oliveira. Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva em 02 de março de 2012

VIEIRA, Cinira Maria. Depoimento informal concedido a Zoraide F. da Silva em 16 de fevereiro de 2011.

VISCHI, Zenaide. Histórico de São José das Palmeiras. Biblioteca Pública de São José das Palmeiras. Anexo à Escola Mun. Regente Feijó.

ZAMBAN, Ademir. Entrevista concedida a Zoraide Ferreira da Silva em setembro de 2011.

